



[Pesquisas em Tráfico de Pessoas]

_parte 2



RELATÓRIO

**Indícios de tráfico de pessoas no universo de
deportadas e não admitidas que regressam ao
Brasil via o aeroporto de Guarulhos**

**Brasília
Agosto de 2005**

B823r Brasil. Secretaria Nacional de Justiça.

Relatório: indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e Não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos / Secretaria Nacional de Justiça. . – Brasília : Ministério da Justiça, 2006.
88 p.

1. Tráfico de pessoas – relatório. 2. Deportação – Direitos humanos.
I. Título.

CDD: 341.143

REALIZAÇÃO

Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo/ Escritório de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos do Estado de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo
Secretaria Nacional de Justiça/ Programa "Medidas de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos no Brasil" / Ministério da Justiça
Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)

COORDENAÇÃO

Escritório de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos do Estado de São Paulo

PARCERIAS

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD)
Serviço da Mulher Marginalizada (SMM)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)
Receita Federal (RF)
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero)
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati)

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Comitê Latino Americano e do Caribe para defesa dos direitos da mulher (CLADEM)
Conselho Estadual da Condição Feminina
Comissão da Mulher Advogada da OAB-SP

APOIO FINANCEIRO

Consulado dos Estados Unidos
UNODC

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA PESQUISA

Débora Giannico

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA PESQUISA

Adriana Piscitelli

PESQUISADORES

Renato Sérgio de Lima

Eliana Bordini

Rosário de Maria da Costa Ferreira

TREINAMENTO

Maria Filomena Gregori

PESQUISADORES QUE REALIZARAM O TRABALHO DE CAMPO

Diego Romano

Paula Barros

Erêndira Simões

Carly Haka

Mariana Kruchin

Tali Almeida

Eron Almeida

Natália Bouças

APOIO AO TRABALHO DE CAMPO

Dalila Figueiredo

Rejane Costa

REVISÃO

Cidália Sant'Ana

DIAGRAMAÇÃO

Leandro Rangel

PREFÁCIO

Quando começamos a trabalhar com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em 2003, tínhamos muitas perguntas e poucas respostas. Uma das maiores dificuldades era entender a relação existente entre tráfico de pessoas e imigração, sobretudo de brasileiras. O aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos, como principal porta de saída para a Europa e os Estados Unidos, foi desde o início foco de nossa atenção e atuação.

No entanto, foi a parceria construída ao longo dos anos com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e a organização não-governamental (ONG) Associação de Defesa da Mulher, da Criança e do Adolescente (Asbrad) que nos deu pernas para realizar essa pesquisa pioneira. O financiamento do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) tornou viável esse trabalho.

É com grande satisfação, portanto, que apresentamos ao público o resultado desse esforço conjunto de várias instituições federais e estaduais, bem como da sociedade civil. Sabemos que esse é apenas um primeiro retrato de uma realidade que precisamos conhecer muito mais e melhor para atuar com competência no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Temos a certeza, entretanto, de que esse foi um primeiro passo importante.

Aproveito para, em nome da equipe da Secretaria Nacional de Justiça, agradecer o trabalho dos pesquisadores que, ao longo de toda a pesquisa, contribuíram não somente na parte técnica, mas na resolução diária dos problemas cotidianos que tivemos de enfrentar. Esperamos que as informações coletadas e analisadas possam ajudar numa reflexão mais profunda de cada um de nós sobre o Brasil que queremos construir e deixar para os nossos filhos.

Claudia Maria de Freitas Chagas
Secretaria Nacional de Justiça

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. INTRODUÇÃO	9
3. METODOLOGIA E REALIZAÇÃO DA PESQUISA	13
4. NÃO ADMITIDAS E DEPORTADAS	22
5. PERFIL DAS ENTREVISTADAS	37
6. INDÚSTRIA DO SEXO E TRÁFICO DE PESSOAS	50
7. CONCLUSÃO	64
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	68
ANEXOS	
QUESTIONÁRIO 1	71
QUESTIONÁRIO 2	83

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste projeto foi detectar a presença de brasileiras envolvidas no tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual. Esta foi uma pesquisa exploratória para apreender aspectos da dinâmica desse tráfico, das características dos agentes nele envolvidos e das razões que conduziram essas pessoas a migrar. O campo da investigação foi realizado entre os meses de março e abril de 2005, sendo seu universo pessoas deportadas e não admitidas que chegam ao Brasil, desde Europa, pelo aeroporto de Guarulhos.

2. INTRODUÇÃO

As últimas décadas vêm sendo palco de uma crescente preocupação internacional com o tráfico de seres humanos, que se expressa na atenção concedida ao tema por parte da opinião pública, dos organismos defensores dos direitos humanos e na criação de instrumentos legais destinados a impedir essa prática (Save the Children, Alexander e O'Connell Davidson 2002; Kempadoo 2001; 2003; Kempadoo e Doezema, 1998; Garosi, 2003; Campani e Garosi, 2003; Garosi e Salimbeni, 2003; Mameli, 2002). No marco do crescente fluxo de migrantes vinculado à globalização, particularmente no sentido Sul/Norte, freqüentemente integrado por migrantes clandestinos, registros de casos de maus-tratos, cárcere privado e escravidão vinculados ao tráfico de pessoas provocam séria inquietação. Nesse contexto, mulheres e crianças dos países pobres aparecem como especialmente vulneráveis.

Nos estudos sobre a problemática considera-se que a migração vinculada ao tráfico internacional de pessoas e ao trabalho sexual tende a ser protagonizada por habitantes de regiões pobres do mundo, deslocando-se ou sendo trasladados para os países ricos (Kempadoo, 2005; Agustín, 2005), sobretudo, por mulheres. É importante assinalar a diferença entre ambos tipos de migração uma vez que, embora certas interpretações considerem a prostituição equivalente ao tráfico, viajar através das fronteiras para oferecer serviços sexuais não significa necessariamente estar em situação de tráfico (Agustín, 2005; Kligman e Limoncelli, 2005; Ribeiro e Sacramento, 2005).

Contudo, os fluxos migratórios envolvendo prostituição e tráfico são também registrados nos trânsitos Sul/Sul, tendo como destino temporário ou definitivo um dos países do Sul (OIM, 2003; 2005). No que se refere à América Latina e ao Caribe as circulações, ainda pouco pesquisadas no Suriname e na tríplice fronteira (esta última apontada como rota de tráfico internacional também de crianças e de adolescentes, particularmente entre Foz de Iguaçu e Cidade do Leste), oferecem exemplos desses movimentos (Antonius-Smits *et alii*. 1999; Silva, 2005; OIM, 2005). Paralelamente, organizações não governamentais sediadas na Europa alertaram sobre a participação de transgêneros (termo aqui utilizado para aludir ao universo diversificado composto por travestis e transexuais), também objeto de violência e ameaças, nessa circulação através das fronteiras (Agustin, 2005).

Mulheres e transgêneros brasileiras integram esses fluxos de migração. No que se refere à Europa, a presença dessas migrantes é considerada significativa em nichos particulares do

mercado do sexo de alguns países, por exemplo na Espanha (Piscitelli, 2005) e em Portugal (Ribeiro e Sacramento, 2005; Ribeiro *et alii* 2005). Todavia, as cifras sobre os movimentos de migrantes brasileiras através das fronteiras, inseridas ou não na indústria do sexo, são altamente imprecisas. Sabe-se que há uma imensa diferença entre o número de brasileiros (as) registrados (as) nos censos em diversos países do Norte, na Europa ou nos Estados Unidos, e as estimativas de cidadãos, muitos deles residindo irregularmente no exterior, atendidos pelos consulados do Brasil desses países (Costa, 2004; Piscitelli, 2004).

As cifras sobre o tráfico de brasileiros (as) também são imprecisas. No entanto, pesquisas recentes analisando os processos referentes a esse tipo de crime nos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, de São Paulo, Goiás e Ceará, mostram um significativo crescimento no número de casos investigados em 2003 em relação aos anos anteriores. Dos 36 casos instaurados nos quatro estados, entre 2000 e 2003, mais da metade (51%) é de 2003 (Ministério da Justiça/Nações Unidas, 2004). Esse estudo, que considera a possibilidade da relação entre o aumento desses casos e o maior conhecimento da problemática por parte da população, aponta para aspectos importantes no que se refere à dinâmica dessa modalidade de tráfico de pessoas.

A pesquisa nos Tribunais de Justiça, um dos estudos mais importantes para a compreensão do tráfico de pessoas realizadas no Brasil, faz parte do projeto piloto de combate ao tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, com atuação em quatro estados (Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo), desenvolvido no marco de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), iniciada em agosto de 2003.

No total, foram alocados recursos para os dois primeiros anos do Programa Global de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, experiência que, espera-se, possa ser ampliada e reproduzida de forma mais abrangente em todo país. As ações específicas, em grande parte já realizadas, incluem a realização de diagnóstico, capacitação dos operadores do direito e uma campanha. A campanha, que está em andamento, inclui o número do telefone, da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, que já está recebendo denúncias de vítimas ou familiares, bem como um 0800 nacional de referência mantido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

O diagnóstico realizado em Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo – entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003 – estimulou a realização de um mapeamento do perfil das vítimas e dos aliciadores, e vem sendo utilizado como parâmetro para a programação de ações direcionadas de prevenção e combate ao tráfico de brasileiros. No estado de São Paulo essas ações foram implantadas e iniciaram-se com o “I Seminário Internacional de Tráfico de Mulheres”, em outubro de 2003, pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e o Consulado dos Estados Unidos da América. Após o Seminário, foi iniciada uma ampla mobilização que resultou na criação, em maio de 2004, do primeiro Escritório de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Fins de Exploração Sexual do país, em uma parceria com o Ministério da Justiça (por intermédio de sua Secretaria Nacional da Justiça).

A iniciativa é apoiada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, Consulado dos Estados Unidos da América, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Comitê Latino-Americano e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), do Serviço da Mulher Marginalizada, da ASBRAD entre outras entidades da sociedade civil, faz parte da conjugação de esforços dos níveis de governo (Federal e Estadual) e da sociedade na defesa dos direitos humanos e da cidadania. O Escritório, localizado na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem como objetivo garantir a orientação e o atendimento adequados às vítimas do tráfico de pessoas e também a seus familiares. As ações desenvolvidas pelo novo órgão terão como meta auxiliar as autoridades competentes na desarticulação das redes internacionais de tráfico de seres humanos, principalmente na conscientização das possíveis vítimas, promovendo atividades educacionais e informativas.

Formado por uma equipe multidisciplinar, o Escritório ratifica a posição de concordância com o Protocolo Adicional à Conservação das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas em Especial Mulheres e Crianças¹. O Escritório de São Paulo desenvolve ações educacionais e informativas (seminários, cursos, campanhas, elaboração de cartilhas e de folhetos explicativos), orientação e o atendimento às vítimas do tráfico de pessoas, bem como de familiares. Finalmente, contribui ainda com informações para o banco de dados nacional, em fase de construção, que será gerenciado pelo Ministério da Justiça quando estiver concluído.

O Escritório de São Paulo criou um Conselho Consultivo, formado por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, para o fortalecimento das suas ações, reafirmando que o enfrentamento desse problema só terá resultado com a união dos esforços entre as esferas do governo, organizações não-governamentais e a sociedade civil organizada. Este Conselho fará o acompanhamento das ações e funcionará como articulador das retaguardas necessárias para o atendimento às pessoas traficadas.

Depois de vários meses de trabalho, o Escritório no centro de São Paulo atendeu poucos casos de tráfico de pessoas, confirmando os dados já apontados em estudos sobre a problemática, assim como no Diagnóstico do Ministério da Justiça segundo os quais apenas 30% dos casos chegaram ao conhecimento das autoridades depois de investigação policial ou prisão em flagrante do réu. A grande maioria só foi apurada em razão de denúncias anônimas ou depoimentos de parentes, amigos ou da própria vítima. Diante dessa situação está sendo discutida a possibilidade de uma atuação permanente, além do espaço do Escritório no centro da cidade e no aeroporto internacional de Guarulhos. Esse serviço teria coordenação federal e funcionaria dentro da área restrita do aeroporto, desempenhando, assim, um duplo papel de atendimento dos brasileiros deportados e não admitidos que retornam ao país por Guarulhos, além de fazer a triagem de casos de tráfico e um intenso trabalho de prevenção e de disseminação de informações.

¹ O Protocolo foi ratificado pelo governo do Brasil em março de 2004 e estabelece as medidas que serão adotadas por todos os países para o combate à prática.

De acordo com informações fornecidas pelo Departamento da Polícia Federal, em 2004, foi registrado o retorno de cerca de 22.500 brasileiros (as) deportados (as) – pessoas que já se encontravam no país de destino e foram mandadas de volta para o país de origem porque estavam em situação irregular – ou não admitidos em outros países – pessoas cuja entrada foi recusada no país de destino. Desses, em torno de 15.000 retornaram ao Brasil via Guarulhos. Os demais chegaram através dos aeroportos de Belém, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Dos casos de Guarulhos, aproximadamente 33% são mulheres. De acordo com essas informações, no universo de pessoas deportadas há casos de pessoas que se encontravam em situação de irregularidade ou mesmo traficadas com fins de exploração sexual. Como grande parte dessas pessoas está em trânsito para outras cidades, seria importante acolhê-las no próprio aeroporto e fazer uma triagem inicial, facilitando o encaminhamento das vítimas a outros serviços de atendimento disponíveis nos estados de origem, principalmente Goiás e Ceará onde o projeto do Ministério da Justiça e do UNODC também atua.

Um dos principais objetivos da pesquisa na qual se baseia este relatório é justamente o de fornecer dados confiáveis sobre pessoas envolvidas no tráfico internacional de seres humanos que retornam ao Brasil via aeroporto de Guarulhos. O Ministério da Justiça e a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo consideram que produzir conhecimento sobre a temática contribui para trabalhar diversas dimensões da prevenção do tráfico, ao mesmo tempo, que oferece elementos para orientar as ações do Escritório do Combate ao Tráfico de Seres Humanos na Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Dessa forma, são oferecidas ao governo federal informações para aperfeiçoar o trabalho de algumas das suas instituições, como o Departamento de Polícia Federal, subsidiando, inclusive, o Ministério das Relações Exteriores com dados confiáveis sobre a deportação de brasileiros, como forma de auxiliar o trabalho diplomático e as políticas do Ministério da Justiça no combate ao tráfico de pessoas. O trabalho que se segue pretende, ainda, servir de subsídio para os diversos projetos de cooperação internacional relacionados a essa temática.

3. METODOLOGIA E REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa centrou-se no universo de mulheres e transgêneros que chegam diariamente no Aeroporto Internacional de Guarulhos, como deportadas ou não admitidas, provenientes da Europa, e que voluntariamente concederam entrevistas e responderam ao questionário. Os vãos provenientes da Europa foram escolhidos considerando que, de acordo com as informações disponíveis, parte importante dos indícios de tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual estavam associados aos fluxos migratórios para este continente.

A proposta foi traçar o perfil socioeconômico das integrantes desse universo, apreender as motivações que as conduziram a realizar a viagem e esquadrihar os eventos em torno da deportação, procurando detectar envolvimento no tráfico internacional de pessoas. Nos casos em que existisse indício de tráfico, a idéia era explorar o potencial envolvimento e modo de operação de redes criminosas e as características específicas das pessoas migrando nessas condições. O projeto desenhado para alcançar esses objetivos integrou metodologias quantitativa e qualitativa. Aplicaram-se questionários quantificáveis e trabalhou-se também com entrevistas em profundidade, seguindo um roteiro de perguntas abertas, registradas com gravador (quando foi possível), e com observação, registrada em diários de campo.

As cifras de pessoas deportadas e não admitidas registradas pela Polícia Federal em 2004 constituíram o marco inicial para o desenho da amostra quantitativa. Dados colhidos pela equipe de pesquisa na sede da DPF (Brasília), em 30 de janeiro de 2005, indicaram que em 2004, 4.500 mulheres deportadas e não admitidas retornaram ao Brasil via Guarulhos. A partir dessa cifra, construiu-se uma amostra estatisticamente representativa. Vale registrar que essa primeira aproximação da equipe aos registros da Polícia Federal revelou outros aspectos importantes no que se refere ao fluxo nos aeroportos, sugerindo que há uma rota de migração para as Guianas Inglesa e Francesa e para o Suriname que tem no aeroporto de Belém seu ponto de retorno. A quantidade de pessoas lá desembarcada apareceu como semelhante à do Rio de Janeiro.

Para a construção dessa amostra foram considerados como parâmetros o número total de mulheres deportadas e não admitidas em 2004, um cálculo da eventual recusa em participar na pesquisa e o tempo necessário para preencher os questionários especialmente desenvolvidos para essa etapa. O campo e os instrumentos de coleta de dados foram testados em uma pesquisa piloto (de uma semana de duração, entre 23/02 e 29/02 de 2005). O projeto piloto envolveu idas ao campo para conhecimento e familiarização com a área onde a pesquisa seria realizada, contato dos pesquisadores com os/as agentes da Polícia Federal e articulação com as integrantes da ASBRAD, organização não-governamental com ampla experiência na recepção de deportados em Guarulhos. Durante o piloto e no início da pesquisa, a circulação da equipe no aeroporto e as técnicas de abordagem foram facilitadas pela companhia de integrantes dessa organização.

O piloto possibilitou, ainda, ensaiar as primeiras abordagens a mulheres deportadas e não admitidas e testar os questionários. Esses procedimentos contribuíram para definir de maneira definitiva a amostragem, aprimorar as formas de abordagem e ajustar o questionário quantitativo. A partir desse conjunto de considerações, definiu-se o número de pessoas a serem entrevistadas

aplicando o questionário quantitativo (246), o tempo de duração do trabalho de campo no aeroporto (27 dias, nos períodos 12 a 24 de março e 28 de março a 10 de abril de 2005) e as horas do dia nos quais se realizaria o trabalho, em dois períodos, manhã (entre 5h30min e 10h30min) e tarde (entre 16h30min e 21h30min), em razão da concentração de vôos provenientes da Europa nesses horários.

Os questionários foram instrumentos fundamentais na realização da pesquisa (ver Anexo). O quantitativo foi desenhado para, mediante perguntas fechadas, oferecer dados relativos ao perfil socioeconômico das entrevistadas e apontar eventuais indícios de envolvimento no tráfico. A parte qualitativa do projeto esteve voltada para uma investigação mais detalhada dos processos de recrutamento e inserção na indústria do sexo no exterior. O questionário qualitativo foi aplicado às pessoas que sugerissem aos pesquisadores algum tipo de envolvimento com essa indústria. Isso não significa que esse tipo de envolvimento seja sinônimo de tráfico, mas ele foi considerado como indício que poderia conduzir a situações vinculadas ao tráfico. Mediante perguntas abertas, o questionário qualitativo esteve voltado para traçar rotas de circulação, oferecer informações sobre agentes e relações envolvidas no processo de saída do Brasil e na recepção no país de destino, obter informações sobre o trabalho, sobre as condições de vida e sobre redes de relacionamentos estabelecidas no exterior, vinculações mantidas com o Brasil durante a estadia no exterior. Finalmente, as perguntas estiveram voltadas também para a apreensão do contexto no qual essas pessoas decidiram (ou foram forçadas) a deixar o Brasil.

Inicialmente se considerou a possibilidade de entrevistar, de forma complementar, mulheres retiradas de situação de tráfico através de ação policial realizada durante o período da pesquisa e/ou que procurassem, espontaneamente, informações sobre questões relacionadas a sua saída do país e que pudessem estar envolvidas em situações de tráfico de seres humanos. Com esse objetivo foi elaborado um terceiro modelo de questionário que combina questões fechadas e abertas. No entanto, esses casos não se apresentaram no período de realização do trabalho de campo. A pesquisa foi realizada alguns meses antes dos desfechos das operações policiais internacionais ("Castanhola", "Babilônia") que, como parte de seus efeitos, conduziram à prisão de brasileiras que seriam posteriormente deportadas. Portanto, o trabalho de campo não cobriu a recepção dessas pessoas, cujas características conduziram à aplicação do terceiro tipo de questionário, que acabou não sendo utilizado.

As considerações éticas levadas em conta no desenho e na realização da pesquisa² garantiram às entrevistadas que aceitaram participar das entrevistas em profundidade: solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre a Pesquisa; sigilo absoluto sobre seus nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que levassem a uma identificação pessoal; ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e

² Esta pesquisa adotou os quatro referenciais básicos da bioética, expressos na resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.

social; desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa. Nos casos em que as entrevistas foram gravadas, o primeiro registro foi o da autorização (oral) para a realização da entrevista.

Finalmente, a observação realizada pela equipe no aeroporto e registrada nos diários de campo foi fundamental para a análise dos dados, porque ofereceu um quadro de informações que extrapola as colhidas por meio dos questionários. Os diários de campo permitiram criar um contexto para situar a informação proveniente dos questionários quantitativos e qualitativos, indicando uma clara idéia do marco de realização da pesquisa, das dificuldades encontradas, das interações de deportadas e não admitidas entre elas e com as autoridades brasileiras e da sensação de humilhação e impotência permeando os ânimos, sobretudo das não admitidas.

O trabalho de campo foi realizado por uma equipe de oito pesquisadores (homens e mulheres), estudantes do curso de ciências sociais da USP. O grupo foi previamente treinado com aulas voltadas a habilitar os pesquisadores a tratar de uma situação complexa, alertando-os para reconhecer indícios presentes em respostas, muitas vezes, apenas evocativas³. Ocorreram sessões de discussão antes e após a aplicação do piloto e depois da finalização da coleta de dados, com o objetivo de reunir informações sobre as impressões e estratégias utilizadas pelos pesquisadores e para analisar coletivamente aspectos importantes na interpretação dos dados.

Durante o período de realização da pesquisa, a equipe acompanhou a chegada dos vôos da Europa nos dois terminais de Guarulhos, 1 e 2. O grupo se dividiu em duplas que trabalharam nos dois "turnos" indicados, pela manhã e à tarde. A permanência no aeroporto, a concentração do material utilizado e o seguimento dos vôos foram facilitados pelo apoio da INFRAERO, que cedeu uma sala de apoio e possibilitou o acesso às listagens diárias dos vôos.

Foram abordadas 226 pessoas que retornaram ao Brasil pelo aeroporto de Guarulhos. Dificuldades operacionais, como atrasos na chegada do aeroporto, fizeram com que o número de pessoas abordadas fosse inferior as 246 previstas. Daquele total (226), 175 responderam ao questionário fechado, ou seja, 22,6% das pessoas abordadas se recusaram a responder ao questionário. A média de tempo utilizado na aplicação destes questionários foi de 13 minutos. O elevado percentual de recusa, o fato de que algumas entrevistadas deixaram de responder várias questões e categorias com baixa frequência fizeram com que a margem de erro para alguns percentuais fossem superiores a 39%. Nesses casos, os resultados devem ser lidos com reservas e devem ser considerados como elementos que indicam tendências a serem analisadas em eventuais novas análises mais pormenorizadas.

Considerando o caráter pioneiro desta pesquisa e a escassez de estudos sobre a problemática, que tenham como base as percepções de pessoas na situação aqui contemplada, esses indicadores de tendência são da maior relevância, uma vez que lançam luz sobre o tema considerando as vozes das agentes envolvidas. Nesse sentido, as entrevistas qualitativas, assim

³ As aulas apresentaram dados e análises presentes em estudos sobre migração, sobretudo, os diretamente relacionados aos padrões de migração feminina; destacaram a importância da observação e dos instrumentais qualitativos de coleta de dados a partir da experiência etnográfica (observar diretamente o comportamento de um grupo social e produzir uma descrição escrita) e centraram-se no conteúdo dos questionários e nas estratégias para o adequado uso.

como os registros, os comentários e as observações dos pesquisadores são particularmente valiosos. Durante o período do trabalho de campo foram realizadas 15 entrevistas em profundidade — nove gravadas — e seis registradas imediatamente após a realização, nos formulários dos questionários ou nos diários de campo (duas entrevistas em profundidade foram realizadas durante o piloto e embora não tenham sido computadas nos percentuais, o material foi utilizado na análise qualitativa). A duração das gravações é de aproximadamente meia hora, mas elas requereram muito mais tempo já que, em termos gerais, a autorização para a gravação foi resultado de uma interação de algumas horas. Realizar essas entrevistas foi uma tarefa difícil. Considerando os subsídios que esta pesquisa pode oferecer a estudos a serem realizados em outros aeroportos, é importante compreender as dificuldades enfrentadas.

A recepção da Polícia Federal ao grupo de pessoas deportadas ou não admitidas é feita no momento em que os passageiros apresentam os passaportes na área restrita. Ao chegar ao Brasil, a tripulação da empresa aérea entrega os documentos desses brasileiros aos agentes da Polícia Federal. Enquanto os recém chegados preenchem uma declaração, seus passaportes são submetidos à pesquisa no Sistema Nacional de Passaportes e nos demais bancos de dados do Departamento da Polícia Federal. A declaração é um Formulário no qual constam alguns dados pessoais, as datas de saída e retorno ao Brasil, o país de destino e um campo referido às circunstâncias do impedimento de ingresso ou deportação, incluindo motivos e reclamações de abusos praticados por autoridades estrangeiras (este último campo não era de preenchimento obrigatório). As autoridades brasileiras não são notificadas sobre a situação que ocasionou a deportação ou não admissão. A pessoas deportadas ou não admitidas comunicam, se quiserem, as autoridades nacionais. Vale lembrar ainda que essa ficha preenchida pelos deportados e não admitidos que chegam por Guarulhos foi criada por iniciativa dos próprios policiais federais do aeroporto de Cumbica para agilizar e facilitar o trabalho. Os outros aeroportos do país não adotam necessariamente o mesmo padrão.

Os pesquisadores podiam se aproximar das pessoas a serem entrevistadas enquanto elas esperavam pela devolução dos passaportes. A aproximação foi muitas vezes facilitada pelo fato de os (as) pesquisadores (as), após comunicarem o objetivo da realização da pesquisa (obter informação sobre as condições da não admissão/deportação e do tratamento recebido), se oferecerem para preencher o Formulário. A proximidade com a equipe da ASBRAD também contribuiu nessas abordagens porque ela disponibilizava tipos de auxílio às pessoas que retornam nessas condições, inclusive, quando é necessário, passagens para retornarem a suas cidades em diversos pontos do país. Neste local, próximo à polícia, em um ambiente barulhento, sem contar com um espaço fechado e condições de mínimas de conforto, como café e água, os pesquisadores enfrentaram dificuldades para convencer os sujeitos a participar da pesquisa. Uma sala cedida pela ANVISA foi utilizada apenas durante os últimos dias da pesquisa, contribuindo significativamente para a realização das entrevistas qualitativas.

A equipe tentava se aproximar de pessoas, que estavam esgotadas, preocupadas com suas bagagens, nervosas, às vezes preocupadas por não terem como comprar a passagem que as levaria de volta às suas cidades; e, por vezes, furiosas com as humilhações às quais tinham sido

submetidas no exterior, incluindo isolamento e prisão. Essas dificuldades foram detalhadas nos diários de campo.

O espaço no qual ficamos e realizamos o questionário quantitativo é muito delicado. É bastante improvável que as mulheres se sintam à vontade para tratar do assunto. A maior parte dos entrevistados chega com fome, sem banho, com roupas vencidas, já que ficam horas e até dias presos nos aeroportos pelo mundo (...) as pessoas falam bastante de maus-tratos dos setores de imigração, do abuso de poder das autoridades, de não poderem pegar suas malas e de como os brasileiros são tratados, de modo geral, pelos estrangeiros.

Carly, Diário de Campo, 3 de março de 2005

Se aplicar os questionários quantitativos foi difícil, realizar as entrevistas qualitativas foi ainda mais difícil. Algumas resultaram da interação estabelecida por algum (a) pesquisador (a), acompanhando a entrevistada a procurar as malas, ajudando a trocar moeda estrangeira, comprando um lanche, acompanhando-a a fumar fora do aeroporto ou solicitando a intermediação da ASBRAD para facilitar o regresso à cidade de origem.

A essas dificuldades somaram-se outras vinculadas às interações entre as pessoas que regressam nessas condições ao Brasil. As mulheres entrevistadas tendem a permanecer em pares ou grupos, como forma de defesa.

Esta situação de chegada de um grupo é complicada para a aplicação do questionário por algo que tem a ver com o compartilhamento de experiências profundas, que criam laços sociais. Observei que os grupos [que chegam] interagem de forma unida, tratam-se pelos primeiros nomes ou apelidos e apenas poucos indivíduos se conheciam antes desta experiência. A aplicação do questionário fica dificultada, pois é difícil isolar um pouco alguma mulher. Elas não respondem do mesmo modo nas duas situações [a sós ou em grupo].

Diego, Diário de Campo, 3 de março de 2005

De acordo com a percepção dos pesquisadores, outras dificuldades estão ligadas ao fato de as pessoas chegarem com narrativas já preparadas, "fechadas". Entre alguns casos que pareciam remeter a situações desvinculadas do objetivo da pesquisa, como mulheres tentando encontrar-se com os maridos, que já estão trabalhando clandestinamente em Europa, histórias duvidosas e contradições sugeriram eventuais envolvimentos na indústria do sexo. Contudo, não foi possível obter informação a respeito.

Chegou um grupo de deportados, vindo da Inglaterra. A maioria jovem, estudantes, que moravam ou trabalhavam juntos. Veio também uma moça, por volta dos 28 anos, que os conheceu na viagem de deportação. Todavia,

pareciam se conhecer de longa data, pois se tratavam por apelidos, tentavam se tranquilizar e dar apoio uns aos outros. Esta moça tinha aproximadamente 1,60 de altura, loira, vestia uma calça azul justa e uma blusinha feminina decotada, decote pelo qual se podiam ver as rendas do sutiã.

Foi minha primeira recusa a responder o questionário e que se deu da seguinte maneira: primeiramente Dalila [integrante da ASBRAD] aproximou-se do grupo de deportados, identificando-se como de costume, e começou a colher dados das pessoas e reclamações. Entretanto, esta moça não quis conversar com ela. Então ela se isolou do meio do grupo (...) aproximei-me (...) a moça disse que não queria continuar aquele assunto. Insisti mais um pouco e ela disse que não queria dar entrevistas (...) ela foi soltando aos pouquinhos as informações.

Estava na Inglaterra há um ano, com um noivo com o qual ia se casar no mês seguinte, abril. Ela morava com a família em Governador Valadares e foi a convite de uma prima visitar Portugal, viagem de poucos dias na qual ela perdeu seu passaporte e conheceu o atual noivo (inglês). Essa viagem foi realizada há uns três anos. Então ela voltou para o Brasil – esta parte ficou mal explicada, pois quando foi morar com o noivo na Inglaterra, entre vir de Governador Valadares para São Paulo, tirar o passaporte e viajar, gastou três dias.

A primeira incoerência está na questão do passaporte, pois disse que tinha feito quando foi para Portugal e lá o perdeu. Também foi este o problema com a Polícia Federal, na deportação, que presenciei. Disseram que não tinha cadastro com o nome da moça na Polícia Federal. Não vi como foi resolvido ao ser liberada.

A segunda parte, diria, obscura, está no período de mais de um ano entre a viagem para Portugal e a ida para Inglaterra e como foi a relação com o noivo, supostamente à distância. Quando foi pega pela “imigração”, ela estava com o noivo e este telefonava diversas vezes enquanto ela esteve presa. Ela teve medo de que a PF informasse a família e a fizesse “passar vergonha”.

As narrativas que costumam chegar para mim prontinhas, “redondas”, tiveram momentos de vacilo, como neste caso. A posição da moça era totalmente defensiva e não tive como me aproximar mais do que isso.

Diego, Diário de Campo, 3 de março de 2005

A sombra da prostituição perpassou todo o trabalho de campo. Entrevistadas que não ofereceram informação a respeito quando falavam sobre suas viagens assinalavam, porém,

outras, não admitidas ou deportadas, que, segundo elas, estariam envolvidas no mercado do sexo. Funcionários do aeroporto pareciam ter técnicas para detectar esse envolvimento.

Caminhei com [a segunda entrevistada] até a cabine da Varig para ver se conseguíamos adiantar o voo [dela] para Belo Horizonte. No percurso, encontramos [a primeira entrevistada]. Elas se cumprimentaram, conversaram por uns instantes e a segunda me disse ter certeza de que a primeira "iria para dançar". E ela não? É impressionante como as moças se reconhecem entre si, mas mantêm seus argumentos iniciais. No balcão de reclamação de bagagens, os próprios atendentes reconhecem de longe as moças. Um deles até me disse: "se quiser eu te aponto quais são".

Carly, Diário de Campo, 17 de março de 2005

Ao mesmo tempo, alguns integrantes da equipe se surpreendiam com o visual "neutro" de algumas mulheres que afirmaram terem trabalhado na indústria do sexo, no exterior.

Algumas se vestiam com o intuito de chamar atenção, principalmente os travestis, que facilmente atraem os olhares. Nesses casos, olhando para elas eu já conseguia saber do que se tratava e já me preparava para a conversa. Porém, na maior parte dos casos, as mulheres vestiam-se normalmente, com calça social e blusa, ou com calça jeans e camiseta, o que fazia com que, de início, eu diminuísse as minhas suspeitas. Poucas chegavam maquiadas, com exceção dos travestis. Cabelos predominantemente presos, alguns tingidos de loiro.

Paula, Observações, 17 de abril de 2005

É claro que os sinais utilizados para o reconhecimento podem estar puramente associados ao preconceito, a uma imagem cristalizada de um certo "tipo" de mulher associada à prostituição. O que interessa assinalar, porém, é que as "suspeitas" criaram um clima de incerteza que permeou a pesquisa. As recusas para falar sobre prostituição podem ser atribuídas a diversos fatores, incluindo medo ou ameaças. Todavia, é necessário levar em conta o estigma vinculado ao tema. Essa idéia é registrada no diário da uma integrante da equipe.

O preconceito contra a prostituição notava-se na maior parte das inadmitidas. Contavam, na maioria das vezes, histórias cheias de contradições e através dessas histórias percebi que muitas não falavam o que realmente tinham ido fazer no exterior, notei uma preocupação de ocultar qualquer coisa que se relacionava ao tema. Quando diziam que foram trabalhar, era sempre em restaurantes, como babás etc. A contradição na maioria das vezes se dava na hora de explicar a relação com a pessoa

que convidou/contatou para a viagem. Comigo as deportadas falaram mais. As duas entrevistas que eu fiz sem ter de insistir tanto foram com mulheres deportadas que logo de cara falaram de sua profissão. Foi aí que eu pensei em uma certa distinção no jeito de encarar a prostituição. As que se assumiam e não viam problema em ser prostitutas (no meu caso, entrevistei apenas duas) falavam bastante. E acho que o fato de a maioria não contar a verdadeira história não está ligado só a pressão que podem estar sofrendo, ou ao fato de não quererem denunciar seus esquemas para conseguir ir de novo, mas também a um certo preconceito com a atividade que resolveram praticar.

Erêndira, Diário de Campo, s/d (sem data)

As dúvidas estiveram vinculadas não só à presença de possíveis “garotas de programa”, mas também de outros eventuais agentes, tais como “aliciadoras”, envolvidos no universo do tráfico de pessoas.

Tive uma recusa hoje. Uma mulher de mais ou menos 35 anos, séria, nada simpática, veio deportada de Madri. Estava com o orgulho ferido. Era a única deportada do vô e disse ter passagem livre na Espanha. Idas e vindas somam em torno de cinco viagens para o país. “Não quero responder nada” e saiu de perto. Mas sua resposta não foi dada na boa. Eu e [integrante da ASBRAD] percebemos que havia algo muito estranho naquela mulher. Ela logo lançou: “Para mim, essa daí é aliciadora!”. Será??? Não consegui desvendar o mistério.

Carly, Diário de Campo, 29 de março de 2005

Um grupo do vô de Paris chegou... O que ocorreu foi que cada um entrevistou uma pessoa, todas mulheres, e o discurso era o mesmo... E a “aliciadora” estava ali controlando tudo. Perguntei a elas quanto tempo ficariam e a mulher respondeu “10 dias”, ao mesmo tempo em que sua “sobrinha” disse “2 meses”, ou “até vencer o passaporte”. E elas foram [devolvidas] pois o vô delas ia Paris, Madrid e em Paris disseram que a conexão lá não fazia sentido. E aí perguntamos porque não ir para Madrid direto e disseram que “a agência falou que não tinha SP-Madrid”. Ou seja, a agência levou todas!

Mariana, Diário de Campo, 12 de março de 2005

Desvendar intermediações e facilitações para viajar foi um objetivo central dos pesquisadores, recorrentemente frustrado. Contudo, apesar das incertezas foi possível delinear

um quadro no qual as intermediações apareceram como relevantes, na figura de familiares, conhecidos, amigos e agências de viagens.

Outra observação que faço é de que na minha segunda entrevista qualitativa, bem como nas diversas quantitativas, não consegui descobrir muito sobre o aliciamento. As pessoas falam que vão para casa de amigas ou parentes que as chamaram, mas não comentam detalhes. As pessoas falam sobre o que vão fazer lá, mas não muito de como chegaram no país. De qualquer forma, uma coisa que percebemos claramente em conversas durante a aplicação do [questionário] é o fato de que muitas agências de viagem são... locais de ... "facilitação" de viagens com fins de trabalho. Muitas agências traçam rotas alternativas para que as pessoas consigam driblar a imigração e as polícias européias já estão sabendo disso. Um dia umas mulheres voltaram de Paris, inadmitidas, porque lá alegaram que para ir para Madrid não era preciso ir pela França. E eu perguntei por que elas iam pela França e uma falou "porque a agência mandou, disseram que não dava pra ir direto". Elas falam abertamente de "agência" com certeza porque é um local legal de comércio de viagens, que fazem, na verdade, esse tipo de contrato.

Mariana, Comentários, 29 de março de 2005

Esses trechos dos Diários de Campo e Comentários dos pesquisadores são valiosos à medida que registram o clima geral no qual se desenvolveu o trabalho. No universo das 175 pessoas que aceitaram responder o questionário quantitativo, uma reduzida parte indicou algum tipo de envolvimento com a indústria do sexo. Contudo, nem todas essas pessoas aceitaram aprofundar as conversas na entrevista qualitativa. Houve algum caso de aceitação e posterior desistência diante da idéia de gravar a conversa. No entanto, as 15 pessoas que aceitaram realizar entrevistas qualitativas ofereceram material importante sobre essa inserção, como dançarinas, *strippers*, atrizes pornôs e/ou prostitutas, deram indicações dos percursos seguidos, apontaram para situações de endividamento e, em pouquíssimos casos, ameaças e trabalho forçado.

Assim, o conjunto do material fornece elementos para traçar as características gerais do universo de não admitidas e dexportadas, além de mostrar aspectos relacionados à inserção de algumas dessas pessoas na indústria do sexo no exterior e alguns indícios de tráfico. Todavia, o estudo possibilita uma reflexão mais ampla, permitindo aprofundar na compreensão do quadro geral no qual se situa este movimento migratório: o perfil socioeconômico, as motivações e as redes de relações das pessoas nele envolvidas. O material também alerta sobre o tratamento concedido por diversos países às cidadãs brasileiras, ancorado em um preconceito que, segundo as entrevistadas, estende-se desde os funcionários das polícias estrangeiras até os das linhas aéreas. Antes de descrever os aspectos especificamente associados aos indícios de tráfico, é importante situar essa informação no marco dos dados gerais sobre o universo de brasileiras não admitidas e deportadas que chegaram a Guarulhos durante o período de realização desta pesquisa.

4. NÃO ADMITIDAS E DEPORTADAS

Alguns sustentam que a melhor maneira de parar o tráfico é evitar que as mulheres jovens viagem.

Jô Doezeza

Evitar o ingresso de brasileiras é uma prática marcante em alguns países europeus. Este aspecto, sugerido pela leitura de parte dos Formulários arquivados pela Polícia Federal, prévia à realização do trabalho de campo, foi abordado pela pesquisa. Essa leitura indicou que Portugal e Itália destacavam-se pela prática de não admitir mulheres. Misturados aos formulários, ofícios das respectivas embaixadas comprovavam este ponto: parte significativa das listas da embaixada de Portugal era formada quase que exclusivamente por mulheres. A pesquisa sugere, ainda, que o número de brasileiras impedidas de ingressar em certos países supera amplamente o número de deportadas.

No universo de pessoas que responderam o questionário quantitativo, cerca de 22% foram deportadas (38 pessoas). É importante reiterar a observação já realizada sobre a elevada margem de erro e o fato de que as cifras aqui registradas apontam apenas tendências. As tabelas e quadros elaborados para visualizar as informações devem, também, serem lidos como expressão, apenas, de tendências.

Tabela 1
Motivo do retorno ao Brasil

Motivo	Percentual
Impedida(o) de entrar no país	76,0
Deportada(o)	(22,3)
Outro	(1,7)
Total	100

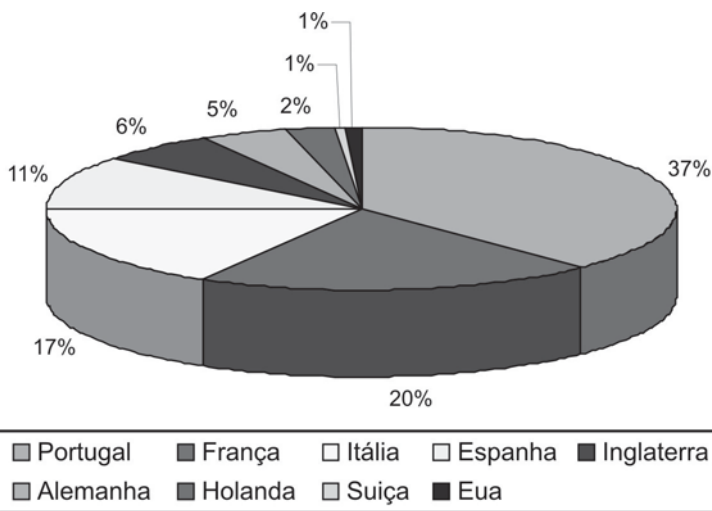
FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com cautela. Neste caso, a margem de erro supera 39%.

Considerando o conjunto das entrevistadas (deportadas e não admitidas), Portugal aparece como o país que, no universo contemplado, “devolveu” maior número de brasileiras, seguido pela Itália, França, Espanha e Inglaterra.

Em relação ao país de destino das entrevistadas, existe estreita relação entre este e o país de onde chegou o vôo. Nesse sentido, os vôos procedentes de Paris são uma exceção. A maioria deles tinha como destino outros países, principalmente, Espanha. Atentar para os fluxos de não admitidas e, separadamente, aos de deportadas, delineia um panorama levemente diferente. No que se refere às inadmissões (Quadro 1), Portugal também se destaca, acompanhado por França, Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Suíça.

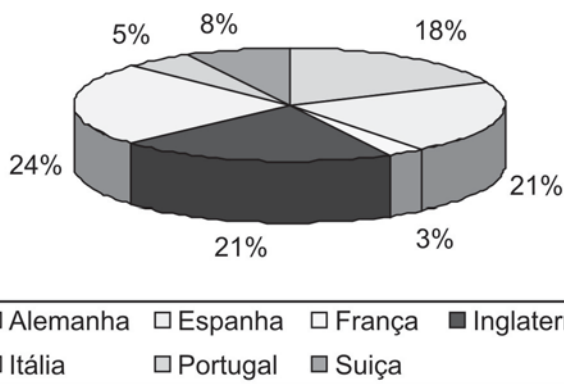
Quadro 1
Não admitidas por país que impediu o ingresso



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Em termos de deportações, porém, foi a Itália o país que mais “devolveu” brasileiras, seguido de Espanha, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Portugal e França (Quadro 2). No que se refere aos principais países que “devolvem” brasileiras, a comparação entre os quadros de não admitidas e deportadas sugere que Portugal adotou a estratégia de não admitir brasileiras, mas as deporta menos. Já Itália e Espanha, embora também impeçam o ingresso de brasileiras, tendem a deportá-las.

Quadro 2
Deportadas por país



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Quais são os motivos aduzidos para impedir a entrada e para deportar essas pessoas?

Um dos principais argumentos utilizados para impedir o ingresso é a falta de dinheiro para a realizar uma viagem turística (“os meios de subsistência são insuficientes para a duração da permanência”), conforme Tabela 2, o que, na percepção das autoridades estrangeiras, parece indicar que a intenção da pessoa é trabalhar no país de destino.

Tabela 2
Argumentos para o impedimento de ingresso

Argumentos	Percentual
Documentação irregular	(8,3)
Dinheiro insuficiente para visitar o país	(32,3)
Outros	59,4
Total	100

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. Nesse caso, a margem de erro supera 39%.

No universo de não admitidas, alguns casos, extremos, de pessoas exibindo marcas corporais que remetiam a uma pobreza não condizente com o turismo chamaram a atenção dos pesquisadores: marcas corporais (como a falta de dentes), roupas puídas ou falta de bagagem. Adiciona-se, ainda, o fato de essas pessoas terem utilizado rotas indiretas para chegar ao lugar de destino, um aspecto que tende a levantar suspeitas. Na percepção de parte da equipe, as não admitidas aparentavam pertencer a um nível socioeconômico inferior comparado com algumas das deportadas.

A maioria das mulheres que voltava era de inadmitidas e geralmente provinham de classes sociais mais baixas. Isso era notado pela vestimenta, cabelo etc (...) outra coisa que notei é que, no caso das duas deportadas que entrevistei, elas tinham mais dinheiro, melhores roupas e melhor formação (escolar) que a maioria das inadmitidas. Penso que não é só pelo fato de terem ganhado dinheiro lá, mas quando já saíram do Brasil eram melhor posicionadas socialmente.

Erêndira, Diário de Campo, s/d

Os registros do Diário de Campo sobre uma brasileira de 22 anos, não admitida na França (seu destino final era Espanha), que teria viajado desde Goiás, dão uma idéia da impressão causada na equipe por algumas das não admitidas que pareciam integrar-se em camadas sociais de menores recursos:

[Ela] viajou com 20 reais no bolso. Foi tudo pago pela amiga, ia ficar na casa dela. Não tinha bagagem, só uma sacolinha. Disse que arrumaria trabalho na empresa do marido (espanhol) da amiga, mas não soube dizer

em que ramo. Tinha dificuldade em articular as palavras. Parecia ser uma moça bem simples, natural de Mara Rosa, Goiás. As mulheres que viajaram no mesmo voo que ela comentaram o quão doida era por viajar sem bagagem e que já no aeroporto teria pedido dinheiro emprestado para comprar coisas como cartão telefônico e comida.

Diego, Diário de Campo, 4 de abril de 2005

No voo de Paris vieram, ao todo, cinco inadmitidas. Entrevistei três delas. Uma era professora primária. Moça bem simples, na casa dos 30 anos, gordinha. Entre choro e risos, notei que tinha poucos dentes inferiores. Disse que ganhava, em média, R\$ 400.

Carly, Diário de Campo, 29 de março de 2005

Algumas entrevistadas cujo ingresso foi impedido afirmaram que planejavam trabalhar na Europa, cuidando de idosos, de crianças, em fábricas ou como empregadas domésticas. Entre elas surgiu um caso no qual a entrevistada admitiu que trabalharia inclusive fazendo “programas”.

Em certo momento de nossa conversa, ela me revelou que iria para Portugal realmente para trabalhar. Delicadamente, perguntei quais tipos de trabalho aceitaria. Ela citou garçoneiro, balconista, faxineira e até garota de programa (quando dei a alternativa).

Carly, Diário de Campo, 18 de março de 2005

Conversando com parentes ou conhecidos os quais eles iam “visitar”, as polícias estrangeiras confirmaram que as entrevistadas pretendiam trabalhar no país de destino.

Ela começou a responder. Trinta e três anos – aparência de mais velha, com o rosto já marcado por algumas rugas. Feia, magra. Pelo rosto, eu realmente daria mais idade a ela. Respondeu no questionário quantitativo que era professora no Pará, pois tinha feito magistério. Depois, disse que estava morando em Goiânia, e trabalhando como cabeleireira, nos últimos seis meses (mas no questionário quantitativo ela disse que morava no Pará). Não sei, mas acho que ela me disse sua profissão antiga por achar que ser cabeleireira é menos digno que ser professora. Ah! Ela estava com cara de choro durante todo o tempo (ao chegar, ao falar comigo). Só no final da conversa ela aparentou estar melhor. Enfim, disse que estava indo a Portugal, pra passear (chegou em um voo que veio do Porto). Ela tem uma prima que mora lá há dois anos, e já é legal, segundo o que ela me falou.

[Ela] foi inadmitida porque a polícia portuguesa ligou para a prima, que disse que estava arrumando um emprego para [ela], que ela ia trabalhar. A polícia disse que sabia que ela tinha intenções de trabalhar; ela negou várias vezes, falou que a prima estava mentindo. Daí a polícia perguntou se ela trabalharia caso tivesse oportunidade, e ela disse sim. Ela falou que foi induzida a dizer que trabalharia.

Natália, Diário de Campo, 21 de março de 2005

Contudo, de acordo com as entrevistadas, essa comprovação foi ínfima, assim como foram muito poucos os casos em que a não admissão baseou-se no fato de a pessoa já ter uma carta de expulsão do país no qual pretendia ingressar ou de ter sido anteriormente deportada de um ou outro país da Comunidade Européia. Na maior parte dos casos, a recusa ao ingresso no país foi ancorada em uma diversidade de argumentos baseados na desconfiança. O argumento das autoridades européias de “não ter dinheiro suficiente para a viagem” afeta pessoas que chegam com quantias diversas de dinheiro, desde menos de 100 até 2000 dólares, aos que se adicionam cartões de crédito internacionais. Além disso, para as autoridades estrangeiras, provar que se é turista exige mais do que ter uma quantia certa de dinheiro. É necessário ter conhecimento prévio dos pontos turísticos a serem visitados e contar com reservas em hotéis ou cartas convite das pessoas que as receberiam. Alguns países europeus, como Espanha, difundem nas *homepages* dos consulados os requerimentos para entrar no país como turista, entre os quais se encontraram passagens de ida e volta, reservas de hotel e “acta notarial” de convite, nos casos em que a hospedagem será em domicílio particular e meios econômicos (até 3.000 euros)⁴. Entretanto, várias entrevistadas afirmaram ter reservas e cartas convite que foram consideradas inválidas. Segundo elas, em alguns casos, sem qualquer justificativa razoável. Mas, muitas ouviram que apresentavam contradições nas idéias e, a maioria, que suas histórias eram falsas.

Outra entrevistada falou que não conseguiu entrar porque acha que a polícia a confundiu com garota de programa. “É uma onda de brasileiras prostitutas lá fora (...) falou sobre maus-tratos e desconfiança das pessoas. Disse que lá na “semiprisão” conversava com as pessoas e chegou a oferecer uma bala de melão.” Eles não aceitam nada, parece que somos terroristas, desconfiam de tudo, da gente, do nosso país, das nossas histórias, tudo.

Carly, Diário de Campo, 29 de março de 2005

⁴ Ver www.consuladotespanasp.org.br.

Em alguns casos, a desconfiança estava ancorada na rota seguida. “Se ia para Madrid não tinha que parar em Paris, a polícia falou”⁵ (é uma idéia corrente que aqueles (as) ocultando algo desembarcam em cidades européias diferentes daquelas que serão o destino, isto é, nas quais pretendem permanecer). Os motivos apontam para o que as entrevistadas percebem como uma discriminação às brasileiras, em sentido amplo, ancorada, ora na “cor”, ora na vinculação entre brasileiras e prostituição.

Pegamos um vôo de Lisboa com duas moças inadmitidas. Desconfiei, como sempre, se seria um caso “típico” de garotas de programa, mas suas roupas e aparência eram discretas. Uma delas me contou sua situação. Desconfiaram pelo pouco dinheiro que tinha e por não ter lugar reservado para ficar como hotel, sendo que ia ficar na casa de um amigo do pai. Segundo suas palavras: “abaixo de Equador ninguém entra na Europa... devido à sua cor “negra” (apesar da pele bem clara) do país de onde vinha. Percebeu que outros negros eram barrados. Vinham de Nigéria.

Táli, Diário de Campo, 15 de março de 2005

Os motivos apresentados revelam também a discriminação às pessoas transgênero: “a autoridade não aceitou seu passaporte, pois em sua foto aparentava ser homem e pessoalmente mulher”.⁶

Nas percepções das entrevistadas, as autoridades estrangeiras, ao recusarem o ingresso de brasileiras, estão faltando com o respeito às mulheres e têm uma imagem do Brasil e das brasileiras marcada pela idéia de prostituição, o que é utilizada para humilhá-las. Nos relatos dessas pessoas, esse tipo de ofensa aparece vinculado, sobretudo, às não admissões em Portugal.

Me contou que foi muito mal tratada, passou por horas de interrogatório. Os policiais a revezavam com a prima que a acompanhava, inventavam respostas falsas para confundí-las. Ela se indignou e perguntou porque recebiam aquele tratamento, que pelo fato de serem policiais não tinham o direito de tratá-las daquela maneira. As moças disseram que [os policiais] ficaram dando risadas delas e foram confundidas com prostitutas. Foi negado o direito de fazer um telefonema.

Táli, Diário de Campo, 15 de março de 2005

⁵ Questionário aplicado por Mariana em 12/03/2005.

⁶ Questionário aplicado por Eron em 11/03/2005.

O relato de uma estudante de 22 anos, não admitida em Portugal, reforça essa impressão:

O policial português queria que ela “assumissem” que teria ido trabalhar como prostituta, mas declarou para mim a seguinte coisa, quase chorando: “Juro por Deus não ter ido fazer isso, mas se tivesse também não negaria, pois não devo nada a ninguém. Não ia deixar minha mãe aqui sozinha.

Diego, 17 de março de 2005⁷

Vôo de Lisboa, TAP 185, 17.30

Neste vôo chegaram mais de 10 não admitidos. Entre eles, seis mulheres. O terminal 2 ficou lotado. Vi que tinha umas mulheres muito nervosas. Resolvi, então, separá-las dos homens. Juntamos todos em um canto do terminal. Pedi calma a elas. A mais alterada discuti com o agente da Polícia Federal. Reclamou demais dos maus-tratos e desconfianças dos policiais de imigração. Ela sempre dizia que tinha dinheiro o suficiente para viajar, além de cartão de crédito internacional. Reclamou do tratamento dos policiais, como se fosse garota de programa. As putas que estão lotando os países da Europa e denegrindo a imagem de brasileiras que vão para o exterior como turistas. Ela estava realmente inconformada, que ia falar com o Lula e com amigos influentes que têm em Brasília. Vai procurar seus direitos e contratar um bom advogado. Fiz uma gravação com as reclamações dela e das mulheres que a acompanhavam. Um advogado português que veio no mesmo vôo dessas mulheres ficou inconformado com os maus-tratos aos quais as brasileiras foram submetidas e ofereceu ajuda profissional.

Carly, Diário de Campo, 16 de março de 2005

O diálogo estabelecido por uma das pesquisadoras com duas brasileiras, na faixa dos 30 e 40 anos, indica como as entrevistadas percebem esse tratamento.

Entrevistada 1: Eu vou procurar a Globo. Eu criei dois filhos, eu estou sendo injustiçada... tenho hotel, tenho dinheiro, está aqui no meu bolso, para ser humilhada desse jeito, não admito isso, não vou admitir. Tenho uma filha de 23 anos, tenho genro maravilhoso. Vem me tratar como prostituta! Não vou admitir isso! Eu fui a Londres, passei três meses, gastei, eu gastei três mil

⁷ Observação registrada em entrevista quantitativa realizada por Diego em 17/03/2005 (Q2 9). O código usado na frase anterior (Q2-9) possibilita identificar os questionários realizados por cada pesquisador (a). Sendo assim, Q significa “questionário”; 2 “código de pesquisador (a)” e 9 “número que identifica o questionário realizado por esse (a) pesquisador (a)”.

libras em Londres para eles me proibirem, uns velhos daqueles me tratem como prostituta, dentro de uma sala fechada, não vou admitir isso. Nem aqui em São Paulo, nem em Brasília, nem na cochinchina. Eu trabalho desde os meus 14 anos, sou uma mulher honesta, não vou admitir isso. Você sabe quem me salvou de tanta isolamento, de tanta tristeza? Um americano que foi preso, um americano, simplesmente porque ele pediu três meses, porque ele falava espanhol, ele ficou comigo o tempo todo, quando eles viram que eu tinha capacidade de entender, eles tiraram ele e botaram do outro lado.

Pesquisadora: Quantos dias você ficou presa lá?

Entrevistada 1: Três dias.

Entrevistada 2: Por causa das mulheres que vão para lá fazer programa. Só no nosso vôo foram três. Elas entraram, por que nós não entramos? Elas foram para se prostituir e entraram, não barraram, não falaram nada. Certamente têm alguém lá dentro, só isso. Duas pessoas estavam lá me esperando, me davam casa, comida, transporte, tudo. Quer dizer, não tem nada a ver meu dinheiro, garantia lá, assinavam um termo de responsabilidade de me por dentro do vôo. Eles não respeitam ninguém. Eles falam que o nosso país não faz nada. O que eles falam para a gente!? Que nosso país não é de nada, nossos políticos não são de nada, nossos oficiais não são de nada.

Entrevistada 1: A gente viaja junta, eu e minha cunhada. Aí ele ia lá e falava assim para mim: pode confessar, sua cunhada ela acabou de confessar que vocês vêm ganhar a vida aqui, você pode confessar, pára de ser mentirosa. Eu falei não, se minha cunhada veio para ganhar a vida, se ela falou isso para você, eu não vim, eu tenho serviço fixo no Brasil, tenho meus filhos, meu esposo lá. Ele foi para lá e falou com a minha cunhada que nós duas tínhamos ido para lá para isso, que eu já tinha confessado e que era para ela confessar, que ela era mentirosa. A minha cunhada falou assim: por que vocês chegam no nosso país e entram sem dinheiro e nós não procuramos o que vocês vão constituir, vocês entram de boa, nós sabemos disso, porque vocês entram e nós não podemos entrar? É por que nós vamos lá para gastar e vocês vêm para ganhar, para fazer a vida aqui, dessa maneira? Eu quero meu dinheiro de volta, mas existe justiça (...) então eu falei, dá licença que eu quero ligar para a embaixada, para o secretário vir aqui falar com vocês, eles falaram não, você está isolada a partir de agora.

Entrevistada 2: A ida foi super tranqüila, mas a volta até as aeromoças estavam tratando a gente como bandidas mesmo.

Entrevistada 1: Eu não vou aceitar esse carimbo no meu passaporte! Eu não fui deportada. Eu nem entrei no país, como eu posso ser deportada se eu nem entrei no país?⁸

No universo das deportadas, a maioria foi expulsa por estar com o prazo de permanência vencido, mas, houve algumas alegações de estarem portando documentos falsificados, de estarem trabalhando sem ter visto que as habilitasse para isso, de estarem vinculadas ao tráfico de drogas e de suspeita de prostituição, como no caso de uma mulher devolvida de Frankfurt: 'estava com

⁸ Entrevista realizada por Carly em 16/03/2005.

muito dinheiro na bolsa e alegaram que ela estava se prostituindo”.⁹ É importante observar que nesse universo há uma distinção e uma valorização diferenciada entre brasileiras vinculadas ao tráfico de drogas e à prostituição. Essa hierarquização foi registrada por uma das pesquisadoras.

Em um vôo... no qual retornou um grande número de inadmitidas/deportadas, conversei durante muito tempo com uma moça que esteve presa por mais de um ano na Itália, por tráfico de cocaína. Voltava agora para o Brasil antes de completar a pena inteira, por bom comportamento. Era uma mulher arrependida, sofrida, mas falava com carinho da prisão e de suas companheiras. Dizia que havia conhecido gente de todo o tipo, mulheres formadas, advogadas que haviam tentado ganhar um dinheiro extra servindo de “mula”. O tempo que havia passado na cadeia tinha sido muito importante pra ela, como experiência, aprendizado. E teria sido melhor se não fossem os filhos aqui no Brasil. Sentia-se culpada por tê-los deixado aqui em troca de um dinheiro incerto e arriscado. Disse não ter encontrado as pessoas que a contrataram, que provavelmente esperavam-na no aeroporto. Não recebeu nenhum dinheiro antes da execução do trabalho, o único dinheiro que tinha naquele momento era o salário acumulado recebido na prisão.

Era uma mulher muito esclarecida e inteligente, mas simples, humilde. Muito segura de si e de suas opiniões. Conteí a ela o objetivo da pesquisa. Anteriormente ela havia recusado o questionário. Dizia que nada adiantava responder “esse tipo de coisa” e, depois de saber o objetivo da pesquisa, reafirmou sua posição. Falou um pouco sobre o tráfico sexual de mulheres, mas não tinha muita informação sobre o assunto, pois não conhecera nenhuma garota de programa na cadeia. Dizia que achava um absurdo o jeito que as meninas se arriscam, que apesar de ela própria ter se arriscado por causa de dinheiro, achava que era muito pior vender seu corpo por isso. Enquanto conversávamos, ela me mostrava, entre as deportadas, as que certamente eram prostitutas em sua opinião. Dizia ter pena delas, pois entram em um mundo difícil de se sair ilesa, são muito judiadas.

Por meio da conversa, percebi que havia um conjunto de valores por trás do que ela me dizia, que provavelmente havia sido absorvido durante sua permanência na prisão. O tráfico de drogas, na hierarquia dos tráficos, se é que ela existe, é visto como superior ao tráfico de mulheres, assim como as chamadas “mulas” são vistas hierarquicamente como superiores às garotas de programa.

Paula, Diário de Campo, 17 de abril de 2005

⁹ Questionário aplicado por Erêndira em 24/03/2005.

Entre as entrevistadas, 69% declararam ter saído do Brasil pela primeira vez. Todavia, esta é uma informação que deve ser lida com cautela. Com o aprofundamento das entrevistas, mediante conversas e observações, percebeu-se contradições em relação a esse ponto. Em mais de uma oportunidade alguma entrevistada afirmou ter saído do Brasil pela primeira vez, para depois explicar que, na verdade, estava residindo fora, regressou ao Brasil por algum motivo e foi posteriormente “barrada” no ingresso a Europa. Um exemplo é oferecido por uma transgênero de 22 anos, originária da Paraíba, não admitida em Paris, cidade na qual desembarcou com o objetivo de chegar à Itália.

[Foi] inadmitida. Voltou ao Brasil para ver sua mãe e ao tentar retornar por Paris, para não ser pega, foi inadmitida.

Táli, Diário de Campo, 20 de março de 2005¹⁰

A questão da “reincidência” é referendada por observações feitas por policiais que trabalham em Guarulhos, registradas nos Diários de Campo.

Uma mulher que eu entrevistei – não me lembro o nome – disse que era a primeira vez que saía do Brasil. Depois que ela foi embora, um PF me falou que ela já tinha um passaporte cancelado – já deve ter sido deportada antes e fez outro passaporte. Fiz essa anotação no questionário dela, mas não anotei no Diário de Campo.

Táli, Diário de Campo, 9 de abril de 2005

A maioria das entrevistadas (61,1%) afirmou ter passado menos de seis meses no exterior, incluindo não admissão. E se algumas não admitidas afirmaram não ter a intenção de repetir a tentativa, outras afirmaram que procurariam viajar novamente. No transcurso da pesquisa uma integrante da equipe presenciou uma dessas tentativas, que registrou em seu diário de campo.

Outro caso interessante foi entrevistar duas mulheres inadmitidas e depois de cerca de dez dias, ao fumar um cigarro fora do aeroporto, ver as duas com alguns membros das suas famílias. Fiquei observando e acho que elas me reconheceram. As duas iam viajar de novo e os outros tinham ido se despedir. Havia uma senhora de muita idade que quase não conseguia andar, pareceu ser a mãe de uma delas. Ficaram ali até que chegou um carro velho e pegou a velhinha e os demais. As moças entraram no aeroporto para embarcar. Não consegui ouvir o que conversavam, falavam baixo e se eu me aproximasse mais acho que iria incomodar. Mas tive a impressão de que todos torciam muito pela viagem das duas. Eram pessoas queridas para eles, principalmente para a velhinha.

Erêndira, Diário de Campo, s/d

¹⁰ Ver também entrevista realizada por Táli em 20/03/2005 (Q8-8).

O universo das 15 entrevistadas que afirmaram terem estado inseridas na indústria do sexo na Europa está integrado por oito mulheres e sete transgêneros, deportadas e não admitidas. Das mulheres, quatro foram deportadas: duas da Espanha, uma da Alemanha e uma de Portugal. Quatro foram não admitidas, uma na Suíça, uma em Portugal, uma na Espanha e uma na França. Entre as transgêneros seis foram deportadas, cinco da Itália e uma da Alemanha, e uma foi não admitida na França.

As cinco pessoas não admitidas, quatro mulheres e uma transgênero, já tinham residido no exterior de forma irregular (“sem papéis”), tendo “carta de expulsão”, na Espanha ou tendo sido deportadas de outros países. Elas regressaram ao Brasil e, no retorno à Europa tiveram o ingresso recusado (em alguns casos esse retorno foi feito vias indiretas, sobretudo via Paris, para chegar à Espanha, mas excepcionalmente, um percurso foi via Rússia para chegar também à Espanha).

Entre as entrevistadas que declararam ter trabalhado na indústria do sexo na Europa a maioria foi deportada (dez entre quinze), mas apenas nove das incluídas na amostra relativa ao período de realização do trabalho de campo. Isso significa que aproximadamente, 24% do total de entrevistadas deportadas relataram ter estado envolvidas na indústria do sexo, no exterior (9 entre 38 deportadas). Entre elas, algumas já tinham sido deportadas anteriormente (uma delas duas vezes). O principal motivo das deportações foi ter excedido o tempo de permanência regular no país, mas as condições nas quais foram encontradas, os procedimentos de deportação e o tempo passado na prisão, em termos gerais de 2 a 27 dias, foram diversificadas¹¹.

Os depoimentos de mulheres e de transgêneros que foram presas em diversas cidades, Zurich, Barcelona, nas proximidades de Frankfurt e em Viareggio (Itália), “pegas” em situações que nada tinham a ver com prostituição, ou em âmbitos a ela vinculadas, em *blitz* em boate na qual estavam se divertindo, controle de documentação na rua, *blitz* na casa na qual estavam residindo, mas não trabalhando, ou, ao contrário, em casa na qual residiam e trabalhavam como prostitutas, dão uma idéia dessa diversidade de situações. Neste ponto parece não haver significativas diferenças entre o estilo de detenções e o tratamento concedido a mulheres e transgêneros.

Observe o relato de uma mulher de 38 anos, originária do Paraná, que trabalhava como prostituta em uma boate de Zurich e foi “pega” durante o trabalho.

Olha, eu estava na boate e a polícia veio, fez uma batida, uma blitz e eu não tinha documento, daí me prenderam, fui presa, fui deportada, mas recebi um papel dizendo que eu não posso voltar mais lá, nunca mais¹².

¹¹ Em um dos casos de deportação uma entrevistada, de Manaus, permaneceu em uma prisão na Suíça. A entrevistada em questão acha que a prisão foi demorada, pois suspeitaram de seu envolvimento nos “negócios do namorado” – falsificação de dinheiro (Táli, Diário de Campo, 22/03/2005). Em outro caso, tratou-se de uma mulher deportada: ‘Ficou presa mais de um ano (por envolvimento com tráfico de drogas). Disse que não tratou diretamente com o dono da droga, apenas com intermediários.’ (Questionário aplicado por Eron em 23/03/2005). Nenhuma das duas se integra no grupo que afirmou ter trabalhado na indústria do sexo na Europa.

¹² Entrevista realizada por Erendira em 17/03/2005 (Q3-2).

Uma mulher de 24 anos, também originária do Pará e “pega” trabalhando como prostituta, mas em um apartamento que dividia com outras mulheres em uma cidade próxima a Frankfurt relata que:

Já estava com tudo pronto [para voltar para o Brasil], já tinha comprado a minha passagem, estava só esperando o dia, foi na quarta-feira, dia 16, a polícia foi lá em casa [onde residia e trabalhava, entrou, pediu passaporte e tudo e me levou para a delegacia, fiquei detida lá até, me pegaram dia 16 e eu saí ontem, 23, de lá. A outra tinha papel, não pegaram ela. A outra foi embora no outro dia (...) dois dias depois ela já veio embora para o Brasil e eu fiquei lá porque eu deixei meu passaporte, minha passagem estava na casa da minha tia, não estava comigo, aí por isso eu fiquei lá até ontem. Mas eles são bons, não me maltrataram, em nenhum momento, o único problema que eu tive foi que eles ficaram com meu dinheiro. E tinha minha passagem comprada, tudo direitinho e eles compraram outra passagem e eles ficaram com meu dinheiro, me devolveram só 250. Isso é que eu não achei certo¹³.

Note o registro do relato de uma mulher de 25 anos deportada de Portugal, onde trabalhou como *stripper*:

Estava em situação regular em Portugal até poucos dias antes de ser pega. Foi pega porque a polícia deu uma geral na casa em que trabalhava. Sempre dão, ela disse. Passam pedindo os passaportes de todos¹⁴.

Os relatos de transgêneros se referem, sobretudo, a momentos nos quais estavam fora do trabalho. Citando às condições de duas deportações, uma “trans” de 23 anos, originária de Roraima, explicou:

Valeu a pena ter ido para lá. Fui deportada duas vezes, essa não é a primeira vez, é a segunda vez... A situação da primeira vez, eu fiquei presa 20 dias. [Fui pega] em controle de rua, normal... em Barcelona. E eu tinha excedido meu tempo de turista no país, fiquei presa 20 dias, compraram a minha passagem e me deportaram. Voltei para o Brasil. Depois eu fui e entrei pela Rússia. A primeira vez não foi tão difícil para mim, porque foi assim: no dia em que eles foram me deportar, o carro da polícia me levou, eu fui a primeira a entrar no avião. A primeira, ninguém me viu, ninguém sabia que eu estava sendo deportada e quando chegou no Brasil eles entregaram o meu passaporte para uma pessoa e eu vim retirar na polícia federal. Nessa segunda vez eu vim da Suíça, fui deportada de Zurique e aí na Suíça foi maravilhoso, me trataram super bem, fiquei cinco dias presa

¹³ Entrevista realizada por Carly Haka em 24/03/2005 (Q1-23).

¹⁴ Entrevista realizada por Mariana em 20/03/2005 (Q5-10).

numa cela maravilhosa, parecia hotel de luxo, aí me botaram no carro, igual fizeram da primeira vez. Fui a primeira a entrar no avião, só que eu tinha que fazer uma conexão em Frankfurt, tive que percorrer todo o aeroporto com os policiais. Foi horrível, dei escândalo, chutei, gritei, não gosto nem de falar, porque vim até estressada para o Brasil depois disso¹⁵.

No relato de uma transgênero de 33 anos, professora de ensino fundamental em escola pública, concursada, graduada em Letras, moradora do centro de São Paulo:

Na noite anterior que nós estávamos trabalhando, chegamos tarde como sempre, as seis da manhã mais ou menos, e uma das meninas que morava conosco não estava em casa. Ela sempre chegava junto com a gente, no mesmo horário ou junto. Nós nos encontrávamos todas para ir para a mesma casa. Quando nós chegamos essa menina não estava em casa, que morava junto com a gente. Nós fomos dormir, minha amiga foi para o quarto dela, eu fui para a sala, cerca de oito horas da manhã, a polícia adentrou em casa. A dona da casa estava no quarto dela dormindo. Chamaram, pediram a documentação dela, ela pediu para me levantar, me trocar, porque eu estava com roupa de dormir, ela falava italiano com eles, eles falavam italiano, então eu não entendia quase nada, ela pediu para me trocar e fazer o acompanhamento. [Ela] Está legalmente. Eles nos acompanharam até a delegacia, nós ficamos presas numa cela até o horário do julgamento, sem comer, sem nada. Nós ficamos das oito da manhã até ao meio-dia na delegacia, ao meio-dia eles colocaram a gente no carro e nós fomos ao fórum. Ficamos no fórum até uma e pouco para o julgamento. Fomos julgadas, voltamos para a delegacia e ficamos até umas cinco da tarde presas novamente na cela. Aí entramos no carro de polícia fomos até Milano de carro, ficamos presas novamente no carro até dá o horário da partida de volta, que foi mais ou menos das vinte para vinte e duas horas. Os guardas ficaram fora do carro e nós ficamos presas dentro do carro¹⁶.

Uma terceira transgênero, originária de Fortaleza, descreveu uma situação que remete a uma absoluta falta de preocupação e cuidado, considerando tratar-se de uma pessoa morando irregularmente em algum país europeu:

Era uma travesti que veio no vôo de Milão deportada. Já tinha sido deportada outras vezes e sempre acabava voltando. Foi deportada, pois seu visto tinha vencido e foi pega quando estava entrando na Suíça, indo buscar um filhote de cachorrinho¹⁷.

¹⁵ Entrevista realizada por Carly Haka em 21/03/2005 (Q1-20).

¹⁶ Entrevista realizada por Diego em 07/04/2005 (Q2-33).

¹⁷ Entrevista realizada por Táli em 05/03/05 (Q8-4).

Em alguns casos, as deportações estiveram associadas a denúncias, seja no contexto de uma relação amorosa, por algum namorado, ou, no âmbito da prostituição, por alguma cafetina. Esse tipo de denúncias foi registrado nos Diários de Campo dos pesquisadores e faziam referência a uma mulher e a uma transgênero.

Veio deportada da Espanha (...) morava no clube e todas as noites trabalhava fazendo strip e fazia sexo somente quando a proposta era muito boa. Tentou conseguir a permissão para ficar, mas não conseguiu. Há uns três meses se apaixonou e foi morar com o namorado, um espanhol(...) após uma briga, ele quebrou DVD dela, tentou enforcá-la. Ela, por sua vez, bateu nele, que a denunciou para a polícia.

Táli, Diário de Campo, 17 de março de 2005

Trabalhava em local de muitos travestis da América do Sul. Foi denunciado pela própria cafetina, pelo não pagamento total da dívida.

Mariana, Diário de Campo, 5 de março de 2005

Considerando os depoimentos dessas entrevistadas, deportadas, não é possível generalizar a idéia sobre o tratamento recebido na prisão e durante a deportação. Algumas se consideraram bem tratadas, exceto o fato de a polícia reter seu dinheiro ou fazê-las assinar documentos cujo conteúdo não compreendiam por falta de conhecimento da língua. Outras, que ficaram presas em Portugal e na Itália, reclamaram do tratamento, das condições do lugar e da comida.

Disse que a trataram bem, porém as condições na cadeia foram horríveis. Lugar sujo, comida ruim.

Mariana, Diário de Campo, 5 de março de 2005

De acordo com uma transgênero de 21 anos, originária do Ceará, que chegou, deportada, de Milão:

Eles me pegaram e me mandaram logo para um centro de ocorrência, onde acolhe pessoas que não têm onde morar, mas, na realidade, é um presídio. Não é um centro de ocorrência, é um presídio. A polícia chegou pegou minha bolsa, pegou meus documentos e levou... [Fiquei presa] vinte e sete dias. Comida azeda eles davam pra gente. A gente foi tratada como cachorro, pra você ver eles não têm direito de fazer isso com o passaporte da gente(...) mas a gente está no país deles (...) o Lula tem que tomar uma providência¹⁸.

¹⁸ Entrevista realizada por Mariana em 08/04/2005 (Q5-22).

Considerando esses depoimentos tampouco é possível afirmar que, nesse universo, as transgêneros tenham recebido um tratamento diferenciado, particularmente discriminatório.

Alusões a contatos com o Consulado do Brasil nos diferentes países foram excepcionais. Apenas uma entrevistada afirmou ter tido contato e ter sido ajudada pelo Consulado, na Alemanha.

Pesquisadora: Você fez algum contato com a Embaixada ou Consulado brasileiro?

Entrevistada: Consulado, tudo. Consulado ajuda.

Pesquisadora: Em que sentido eles te ajudaram?

Entrevistada: Eles ajudam em caso de a gente querer entrar em contato com a família, algum documento, passaporte. Se eu tivesse perdido, eles ajudam assim. Eles querem saber se eles estão maltratando, alguma coisa, entendeu? Com relação ao meu dinheiro, eles não podiam fazer nada¹⁹.

Outras entrevistadas nem imaginavam que a possibilidade existisse, mas consideraram importante poder recorrer a ele.

Pesquisador: Você teve algum contato com o Consulado Brasileiro?

Entrevistada: Não, nenhum.

Pesquisador: Foi dito para vocês que vocês poderiam ligar, alguma coisa?

Entrevistada: Nada, tanto que não poderia utilizar celular e nenhum tipo de ligação, o policial falou.

Pesquisador: O Consulado Brasileiro estava no aeroporto quando vocês estavam sendo deportadas?

Entrevistada: O Consulado Brasileiro não estava não.

Pesquisador: Você sabia que tinha direito de falar com o Consulado, com essas instituições?

Entrevistada: Não, se tinha estou sabendo até agora. Eu acho que do Consulado a única coisa que eu gostaria de saber é se foi correto, se a gente não poderia ter aberto algum recurso, se não poderia prorrogar o tempo de ficar mais na Europa, porque nós fomos deportadas, no caso por ter passado cinco ou seis dias a mais da data de volta.

Pesquisador: Você acha que faltou informação de legislação, do direito?

Entrevistada: Sim, do direito, e ter uma pessoa para interpretar o que estava escrito na hora da deportação (...) teve uma intérprete de lá, brasileira, transexual, brasileira que

¹⁹ Entrevista realizada por Carly Haka em 24/03/2005 (Q1-23).

estava interpretando o que o juiz estava nos dizendo (...) na hora do julgamento, mas até então o que nós estávamos assinando... a gente não teve nada, eu fico querendo saber o por quê não houve isso, deveria ter uma informação melhor²⁰.

Os relatos das entrevistadas não admitidas envolvidas na indústria do sexo, coincidindo com as impressões do conjunto de entrevistadas não admitidas, apontam para maiores desconfortos e restrições que as narrativas das deportadas. De acordo com uma mulher não admitida em Portugal, de 34 anos, originária de Cascavel, que já tinha trabalhado na indústria do sexo na Espanha e estava tentando retornar:

Como eu te falei, eles trancaram a gente lá num quarto e não deixavam a gente sair. Só saía para comer, até para fazer ligação eu pedi e eles não deixaram: eu queria ligar para [meu namorado] lá²¹.

Finalmente, embora algumas entrevistadas vinculadas à indústria do sexo se conformassem com a idéia de voltar ou estivessem planejando voltar quando foram "pegas", todas viveram a situação da deportação como algo traumático (nesse sentido, nenhuma se considerou resgatada). Várias desejam voltar, algumas para desempenhar outro tipo de trabalho e outras para reingressar na prostituição.

5. PERFIL DAS ENTREVISTADAS

A maior parte das entrevistadas foram mulheres. Um grupo pequeno, integrado por travestis e transexuais, autotranscendeu-se como "trans" e outro, também integrado por essa mesma categoria de pessoa, escolheu a classificação masculina. Nos termos de uma das pesquisadoras:

Realizei duas entrevistas qualitativas com travestis. E ambos se identificaram como homens. Creio que isso ocorreu porque "institucionalmente" eles se classificam como tal, ou seja, eles identificavam a situação da entrevista com a situação imediatamente anterior, na qual apresentaram seus documentos e passaram pela polícia – momentos que exigem suas "verdadeiras" identidades. Um deles disse [seu nome oficial] ... E depois me disse seu nome feminino, fazendo a distinção entre nome de batismo e nome profissional.

Mariana, Comentários, 25 de novembro de 2005

Contudo, na elaboração deste relatório, optou-se por manter a classificação transgênero para esse conjunto de entrevistadas (masculino e transgênero), para apresentar as informações de maneira mais clara. Foi utilizado o gênero gramatical feminino para aludir a elas porque é assim que elas se referem a si próprias.

²⁰ Entrevista realizada por Diego em 07/04/2005 (Q2-33).

²¹ Entrevista realizada por Erendira em 29/03/2005 (Q 3-19).

Tabela 3
Sexo (Autoclassificação)

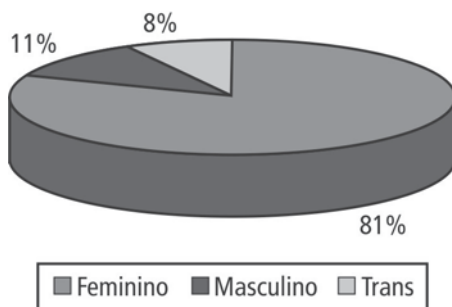
Sexo	Percentual
Feminino	92,6
Masculino	(5,1)
Trans	(2,3)
Total	100

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com cautela. Neste caso, a margem de erro supera 39%.

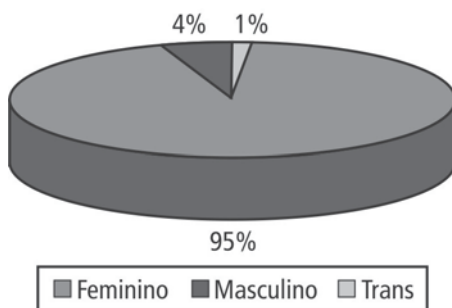
O percentual do grupo de transgêneros é mais elevado entre as deportadas, cerca de 19%, que entre as não admitidas, 5%, conforme demonstram os Quadros 3 e 4.

Quadro 3
Deportadas por sexo



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Quadro 4
Não admitidas por sexo



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Aproximadamente 40% das entrevistadas que afirmaram terem estado envolvidas na indústria do sexo no exterior foi integrada por transgêneros. Nesse sentido, a pesquisa conduz a várias questões intrigantes. Conforme é assinalado por organizações não-governamentais que trabalham na Espanha e Itália, há uma significativa presença de transgêneros brasileiras, alcançando aproximadamente um terço das trabalhadoras do sexo em certos nichos do mercado do sexo nesses países, a maior parte delas residindo clandestinamente (Piscitelli, 2005; 2004). Esta idéia pode manter relações com a elevada presença delas no grupo integrado por entrevistadas em Guarulhos que declararam terem estado inseridas na indústria do sexo. Contudo, esse alto percentual deve ser considerado com cautela, porque pode apenas refletir um grau menor de restrição para falar sobre o tema entre as transgêneros. Mas, como explicar o baixo percentual de transgêneros no universo geral de deportadas e não admitidas que chegam a Guarulhos? É possível que se trate apenas de um reflexo da distribuição, em termos de gênero, da demografia da migração para o exterior. Há um elevado percentual de mulheres não admitidas/deportadas sem vinculação com a indústria do sexo, como assinalam pesquisadores que trabalharam com transgêneros (Pelúcio, 2005), e, muitas vezes, essa indústria é o único setor de atividade que se abre para elas.

No conjunto de entrevistadas (não admitidas e deportadas), há mulheres muito jovens e não tão jovens, viajando sós, mas também com filhos pequenos, de pele tida como mais clara ou mais escura. Se algumas apareceram como “muito simples” aos olhos dos pesquisadores, em termos de marcas corporais e expressão oral, a elaborada produção corporal de outras (cabelos, roupas, maquiagem) e articulação oral apontam para uma posição socioeconômica mais elevada, sugerindo maior nível de escolaridade.

Os dados da pesquisa indicam que a maior parte do universo de entrevistadas se concentra na faixa entre 25 a 40 anos, seguida pela faixa entre 18 a 24 anos. No entanto, no universo há, também, pessoas com mais de 40 anos (Tabela 4).

Tabela 4
Idade

Faixa Etária das Entrevistadas	Percentual
Menores de 17 anos	(2,3)
Menores de 18 a 24 anos	37,1
Menores de 25 a 40 anos	47,4
Mais de 40 anos	(13,2)
Total	100

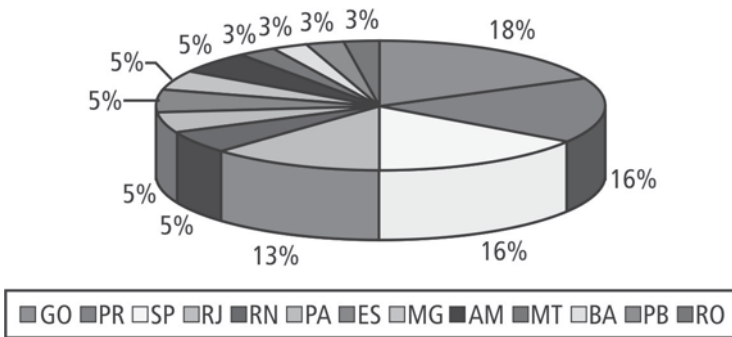
FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser lidos com ressalva, pois nesse caso a margem de erro supera 39%. Os menores de 17 anos correspondem basicamente a crianças em companhia de mães não admitidas.

As mulheres que afirmaram fazer parte da indústria do sexo na Europa se concentram na casa dos 20 anos, mas duas estavam na faixa dos 30 anos. Já entre as transgêneros as idades se repartem entre os 20 e os 30 anos.

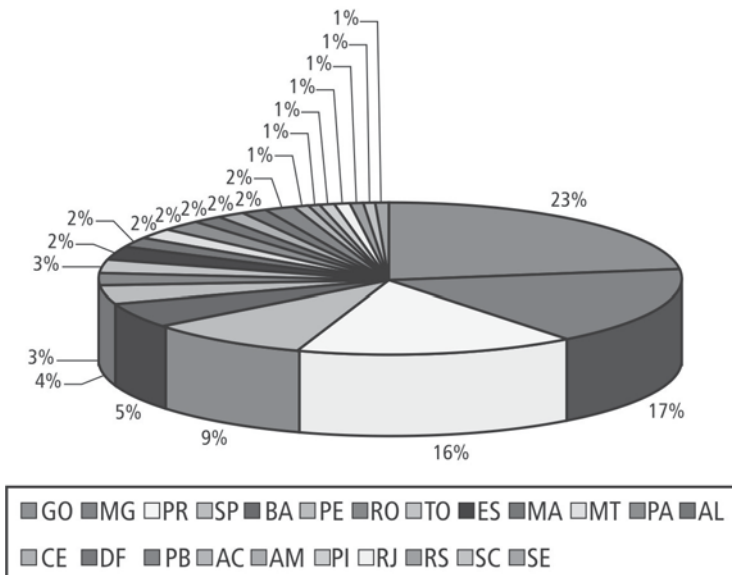
No que se refere aos estados de origem, a maioria das entrevistadas nasceu em Goiás. Seguem em importância Paraná e Minas Gerais. Ao separar os dados relativos a deportadas e não admitidas, percebe-se, no que diz respeito às deportadas, que há uma proximidade nos percentuais relativos a Goiás, Paraná e São Paulo. Já a tendência que se delinea entre as não admitidas aponta para uma maior incidência de Goiás, seguida por Minas Gerais e Paraná, conforme demonstram os Quadros 5 e 6.

Quadro 5
Deportadas, estado de origem



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Quadro 6
Não admitidas, estado de origem



FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

A divergência pode ser interpretada de diversas maneiras, mas vale a pena considerar que estados como Minas Gerais e Goiás são identificados no exterior como emissores de migrantes “ilegais”. Esta é a opinião de um policial que trabalha no aeroporto, registrada no Diário de Campo de uma das pesquisadoras:

Um policial disse às mulheres que a imigração estava em cima das brasileiras (os), principalmente vindas(os) de Goiás. Segundo ele, para os policiais de fora parece que é bem claro que as mulheres vão para fazer programas e os homens a trabalho. Estados brasileiros como Goiás, Minas Gerais e ultimamente Espírito Santo já estão manjados no exterior.

Carly, Diário de Campo, 29 de março de 2005

Em termos do estado de residência anterior à viagem, os que se destacam são novamente Goiás, seguido de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. É importante chamar a atenção para a relevância do Paraná neste quadro, pois se Minas é considerado já “tradicional” emissor de migrantes para o exterior (Assis, 2004) e, mais recentemente, Goiás se incorporou no leque de estados emissores, Paraná se delinea nos dados da pesquisa como “novo” estado emissor.

Com relação ao universo de entrevistadas que afirmaram terem estado inseridas na indústria do sexo na Europa, os estados de origem são diversificados: Paraíba, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, Paraná, Ceará, São Paulo, Goiás. Todavia, antes de partir, várias residiram em São Paulo ou em Goiás, ou, ainda, tiveram algum tipo de articulação para viajar através de pessoas que são originárias ou residem em Goiás, o que indica a relevância que deve ser concedida ao estado de residência.

Anos de estudo, renda e “cor” são indicadores importantes no traçado do perfil socioeconômico das entrevistadas. Esses indicadores estão diretamente relacionados com o posicionamento social dos agentes nas estruturas de desigualdade, que tendem a serem vinculadas à migração e à prostituição. Os dados da pesquisa referentes a estes indicadores devem ser lidos em uma perspectiva comparativa, situando a informação do universo de pesquisa com os indicadores gerais relativos à população brasileira.

De acordo com pesquisas baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2003, a média de anos de estudo da população em idade ativa era 6,24 anos²². A renda média das pessoas ocupadas no Brasil, em 2004, foi de R\$ 874, com variações regionais²³. A questão da “cor” nos conduz a uma área complexa. “Raça” é uma categoria problemática porque está ancorada em classificações variáveis que se alteram conforme contextos e situações (Fry, 1996). Contudo, pesquisas aceitas no Brasil, baseadas em autoclassificações,

²² Micro-dados da PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

²³ Essas médias foram de R\$ 562, em Recife; R\$ 698, em Salvador; R\$ 745, em Belo Horizonte, R\$ 828 no Rio e R\$ 1.003, em São Paulo. (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, março 2004). Contudo, de acordo com a PNAD (2004), a renda média real geral foi mais baixa, de R\$ 733.

indicam que, em 2001, em um percentual de 33% de pobres, só 22,4% desse total se considerou branco e 46,8%, negro (o restante foi considerado pardo)²⁴. Considerando esses indicadores, as tendências que são traçadas a partir dos dados apontam para o fato de que parte substantiva do universo de entrevistadas, deportadas e não admitidas, não se integra no grupo de brasileiros marcados por graus extremos de desigualdade.

No que se refere aos anos de estudo, a maioria das entrevistadas possui o ensino médio completo ou incompleto (57,7), ou seja, nove ou mais anos de estudo. Os dados também indicam que se uma parte delas só chegou até o ensino fundamental, completo ou incompleto, outra parte alcançou o ensino superior, incompleto ou completo.

Tabela 5
Anos de estudo

Escolaridade	Percentual
Fundamental Completo ou Incompleto	(22,9)
Ensino Médio Completo ou Incompleto	57,7
Superior Completo ou Incompleto*	(19,4)
Total	100,0

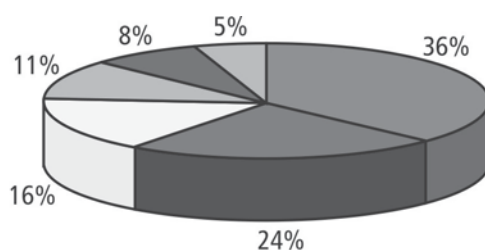
FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser examinados com cautela. A margem de erro supera 39%.

* Há um caso de pós-graduação.

O percentual das entrevistadas com ensino médio completo ou incompleto é mais elevado no grupo das não admitidas, conforme Quadro 7.

Quadro 7
Deportadas, escolaridade

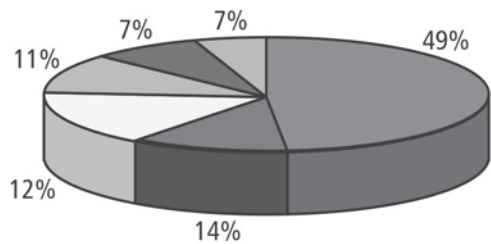


■ Ensino Médio Completo	■ Ensino Fund. Completo	□ Ensino Médio Incompleto
■ Ensino Superior Completo	■ Ensino Superior Incompleto	■ Ensino Fund. Incompleto

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

²⁴ IBGE, PNAD Microdados. In: Jaccoud e Beghin, 2002.

Quadro 8
Não admitidas, escolaridade



■ Ensino Médio	■ Ensino Fundamental	□ Ensino Superior Incompleto
■ Ensino Médio Incompleto	■ Ensino Superior	■ Ensino Fundamental Incompleto

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Em termos de renda, porém, a maioria das entrevistadas está inserida na faixa entre um e três salários mínimos, isto é, não necessariamente supera a renda média nacional, seguida pela faixa de quatro a dez salários mínimos e por um grupo que declarou não ter rendimentos e por outros, percentualmente inferiores com rendimento de até um salário mínimo e de 11 a 20 salários mínimos. E, neste ponto não há significativas diferenças entre deportadas e não admitidas.

Tabela 6
Renda mensal individual antes de deixar o Brasil

Renda mensal individual antes de deixar o Brasil	Percentual
Sem rendimentos	(15,4)
Até um salário mínimo	(7,4)
De um a três salários mínimos	41,1
De quatro a 10 salários mínimos	(24,0)
De 11 a 20 salários mínimos	(6,3)
Não informa	(1,1)
Total	100,0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. A margem de erro é superior a 39%.

Essas rendas são obtidas desempenhando uma diversidade de ocupações, no setor de serviços, comércio, saúde e educação. Os questionários desfilam balconistas, auxiliares administrativas, babás, domésticas, cabeleireiras, manicures, cozinheiras, garçonetes, secretárias, enfermeiras e também professoras, do ensino médio, de inglês, além de haver um número significativo de estudantes. Existe ainda um pequeno número de empresárias, profissionais, donas de casa, desempregadas e aposentadas.

Em termos de cor, a maior parte das entrevistadas se autocalificou como branca.

Tabela 7**“Raça”**

Raça/Cor/Etnia	Percentual
Branca	38,9
Parda	(12,6)
Preta	(13,1)
Amarela	(2,9)
Indígena	(1,7)
Morena (todas as variações)	(29,7)
Outra	(1,1)
Total	100,0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. A margem de erro supera 39%.

Levando em conta a combinação dos indicadores relativos a anos de estudo, renda e “cor”, a maioria das entrevistadas está longe de poder ser situada nas faixas da população mais afetadas pelas desigualdades socioeconômicas.

Como se combinam esses indicadores no universo mais restrito das entrevistadas que declararam terem estado inseridas na indústria do sexo na Europa?

Em termos de anos de estudo, as que trabalharam na indústria do sexo apresentam um padrão análogo ao resto: elas têm ensino fundamental completo, médio completo e superior. As duas que afirmaram ter superior completo são transgêneros (ambas professoras). Com relação à renda mensal individual e às atividades desempenhadas no Brasil, também apresentam um padrão análogo. A maioria declarou ter uma renda mensal entre um a três salários mínimos, trabalhando como professora, doméstica, secretária, cabeleireira, manicure ou auxiliar de enfermagem. Entre as duas únicas que declararam receber, no Brasil, entre 4 a 10 salários mínimos, uma é uma mulher que afirmou ser secretária no Brasil e outra é uma transgênero que já oferecia serviços sexuais no país.

O ponto mais significativo que singularizaria esse universo aponta para a “cor”. No que se refere à cor, das 15 entrevistadas que integram este grupo, apenas quatro se consideraram brancas (as demais se classificaram como indígena, mulatas, morenas, parda ou negra) e, nesse ponto, há uma diferença com o conjunto amplo de não admitidas e deportadas, que majoritariamente se declara branca: Este é um ponto relevante considerando, particularmente, a idéia de um certo “gosto” pelo consumo sexual marcado pela cor atribuída aos clientes de prostituição europeus. Contudo, o número de entrevistadas que declararam ter oferecido serviços sexuais na Europa é excessivamente reduzido para generalizar essa observação.

Os resultados da pesquisa contribuem para problematizar a idéia de que a migração internacional, em sentido amplo, e, de maneira mais específica, a migração internacional vinculada à prostituição, seja alimentada por situações de extrema pobreza. O assunto migração, inserção na indústria do sexo, é enunciado em estudos europeus que analisam a situação de brasileiras

trabalhando na indústria do sexo na fronteira entre Portugal e Espanha (Ribeiro e Sacramento, 2005). Contudo, essa percepção pode estar permeada pela leitura comparativa entre o *status* socioeconômico dessas mulheres e os indicadores relativos a habitantes dos países europeus, mesmo de aqueles que, como Portugal, não são considerados os mais ricos da União. Quando a comparação é realizada em termos dos setores sociais situados nos degraus socioeconômicos mais baixos no Brasil, esse quadro se delineia de outra maneira.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada em Guarulhos possibilitam estabelecer relações com pesquisas sobre o tráfico de seres humanos realizadas em outras partes de América do Sul.

Estudos sobre tráfico de paraguaios apontam para o fato de que idade, aparência física e condição socioeconômica interferem nos destinos das mulheres. No caso de Paraguai, adolescentes, crianças e mulheres das condições socioeconômicas mais baixas são transladadas aos países limítrofes. Ao contrário, as pessoas recrutadas para os países europeus contam com maior preparação cultural e nível econômico. Este aspecto está associado à exigência de uma aparência física cuidada que mulheres de contextos marginalizados muitas vezes não têm. A aparência adquire um lugar relevante, sendo preferidas, no caso dessas mulheres, as “branquinhas”, “magrinhas”, consideradas bonitas (OIM, 2005). Os dados da pesquisa realizada no aeroporto de Guarulhos sugerem que no universo de entrevistadas que estiveram inseridas na indústria do sexo na Europa podem operar critérios análogos, no que tange o cuidado e produção corporal, anos de estudo e nível econômico. Essas idéias são sugeridas por trechos de Diários de Campo e em observações dos pesquisadores.

Outra coisa que me chamou a atenção foi a questão da beleza, mais de um policial deu a entender que as meninas bonitas não voltavam e numa entrevista que eu fiz uma mulher me contou que sua sobrinha tinha ido e se deu muito bem mesmo, pois era realmente muito bonita. A beleza é um fator relevante no rumo que a vida da mulher vai tomar. As mais bonitas trabalham em lugares melhores e ganham mais, segundo ela.

Erêndira, Diário de Campo, s/d

O contraste de vestuário e aparência entre as mulheres que retornavam da Europa e as que voltavam do México/Panamá era gritante. Estas últimas vestiam casacos de moletoms, calças “legging” ou de abrigo, camisetas largas e tênis. Não havia nenhuma produção, o que pode ser explicado pelo fato do corpo não ser seu meio de trabalho direto. Elas não precisam parecer bonitas, pois não é a beleza ou a feminilidade que as está levando para o país de destino. O que as leva é o desejo de entrar nos EUA. Além disso, teriam que atravessar a fronteira, passar a noite no deserto acompanhadas de outros homens, o que torna sem sentido qualquer produção de vestuário ou maquiagem.

Paula, Observações Finais, 17 de abril de 2005

Outro ponto relevante no que se refere ao perfil sócio-demográfico é a religião. A maioria absoluta das entrevistadas declarou ser católica. O segundo grupo em importância é o de evangélicos. Entre as entrevistadas não admitidas há mulheres vinculadas a esse segundo grupo, convidadas a serem diaconisas na Europa. A relação, apresentada na Tabela 8, não se altera significativamente entre não admitidas e deportadas.

Tabela 8
Religião

Religião	Percentual
Católica	64,0
Espírita	(2,9)
Protestante (evangélica)	(22,9)
Outras	(6,3)
Não Declara	(4,0)
Total	100,0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. Neste caso a margem de erro supera 39%.

No universo de entrevistadas que afirmaram terem estado inseridas na indústria do sexo na Europa, **todas** são católicas, excetuando uma que declarou não ter religião.

Finalmente, dois aspectos importantes para completar o perfil das entrevistadas são o estado civil e o número de filhos. A maioria delas declarou ser solteira, só 36,6% afirmou ter marido ou companheiro.

Tabela 9
Estado Civil

Estado civil	Percentual
Casada e/ou com companheiro	36,6
Desquitada, separada judicialmente, Divorciada, Viúva	(8,0)
Solteira	55,4
Total	100,0

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. Neste caso a margem de erro supera 39%.

Entre as entrevistadas casadas ou com companheiros, aproximadamente um terço tem companheiros estrangeiros. O país de nacionalidade do marido/companheiro estrangeiro mais freqüente é Itália (cerca de 34%), seguida por Portugal (em torno de 19%) e Espanha (cerca de 15%). A nacionalidade do cônjuge adquire relevância considerando as narrativas de tráfico que o vinculam a casamentos de mulheres de países pobres com cidadãos de países do Norte (Campani e Salimbeni, 2003). De fato, no universo amplo das entrevistadas os namorados estrangeiros

constituem figuras significativas no que se refere aos “convites” ou estímulos para viajar ao exterior. Contudo, nos relatos de entrevistadas que declararam estar inseridas na indústria do sexo na Europa, os companheiros estrangeiros aparecem como resultado de encontros que elas, mulheres e transgêneros, tiveram quando residiam no exterior. Alguns foram seus “clientes”, outros não. Quanto às mulheres, e em mais de um caso, esses namorados estimularam ou viabilizaram a saída da indústria do sexo.

No registro de uma das pesquisadoras, relativo ao relato de uma mulher de 25 anos, não admitida na Espanha, mas que já tinha morado nesse país trabalhando como prostituta:

Perguntei se ela já havia estado antes em Madrid, ou se aquela tentativa havia sido a primeira. Ela respondeu que já havia morado lá, que seu namorado era espanhol. “Meu namorado que me tirou do lugar lá onde eu trabalhava”. Por essa frase entendi que se tratava de prostituição. Perguntei: “E em que você trabalhava”. “Eu fazia programas, mas não faço mais”, ela respondeu. Perguntei se ela havia conhecido o namorado fazendo programas, e ela disse que sim²⁵.

Na explicação de uma mulher, deportada de Zurich:

Eu conheci meu marido na boate, trabalhando, ele gostou muito de mim, sempre vinha, sempre ficava comigo... gosto muito dele. Não vou dizer que morro de amores não, até porque não sou hipócrita, tenho meus interesses também, mas ele gosta muito de mim também. Já tenho 38 anos, já consegui o que eu queria, tenho uma pessoa que gosta muito de mim, quero, como diz minha mãe, assentar a cabeça, ter uma família... [Ele está disposto a morar aqui comigo]... Ele tem uma situação boa... Trabalhava numa empresa de madeiras, de fogos... está aposentado... Lá não seria muito não, mas aqui é uma quantia boa²⁶.

De acordo com uma mulher impedida de ingressar em Portugal, mas que já tinha residido, trabalhando como prostituta, na Espanha:

[Conheci ele fazendo programa] e daí ele não suportava ver eu lá, quer dizer, ele não me via trabalhando no caso, mas quando ele ia lá me visitar, me buscar assim, ele falava não eu gosto de você, é demais para mim ver você trabalhando assim, você não precisa disso... Ele falou, eu vou pagar a passagem você vai embora então fica perto dos seus filhos e lá no Brasil eu vou te ajudar, eu te ajudo melhor lá do que aqui, porque o dinheiro que eu mandar para você lá vai dar mais do que aqui, aqui eu não vou poder te ajudar muito²⁷.

²⁵ Entrevista realizada por Paula em 20/03/2005 (Q7-15).

²⁶ Entrevista realizada por Erendira em 17/03/2005 (Q3-7).

²⁷ Entrevista realizada por Erendira em 29/03/2005 (Q3-19).

Finalmente, mais da metade do conjunto das entrevistadas (54,3%) tem filhos. A maior parte desses filhos (72, 6%) são menores de 18 anos. Seguindo essa tendência, cinco das oito mulheres entrevistadas que declararam ter trabalhado na indústria do sexo na Europa afirmaram ter filhos 1, 2, ou 3, com idades entre 2 e 15 anos (nenhuma das transgêneros teve filhos).

Os estudos que analisam os novos fluxos migratórios para Europa destacam sua feminização. Em certos países haveria praticamente uma migração de sexo único destinada, sobretudo, ao trabalho doméstico e à indústria do sexo, incluindo esposas encomendadas por correspondência (Andall, 2003). De acordo com esses trabalhos, durante a década de 90, certas regiões da Europa mediterrânea mostraram um certo equilíbrio entre homens e mulheres, nos fluxos extra comunitários provenientes de países como China, Nigéria e a ex-Iugoslávia. Ao contrário, haveria uma ampla concentração de mulheres nos fluxos provenientes de países como Filipinas e Brasil (Orsini-Jones e Gattullo, 2000: 126). Nessa literatura afirma-se que as mulheres migrantes tendem a ser uma fonte principal de apoio familiar: seus deslocamentos são percebidos como parte de estratégias familiares (Anthias 2000:24).

Considerando que parte significativa dessas entrevistadas (entre mulheres e transgêneros) não tem filhos, o material da pesquisa sugere algumas perguntas relativas a este ponto. Trata-se de fato de estratégias familiares? Nesse caso, quais são as relações de parentesco envolvidas?

Os relatos da maioria das entrevistadas envolvidas na indústria do sexo, incluindo transgêneros, mostram estreitas relações com parentes deixados no Brasil, principalmente filhos, mães e, em casos nos quais a mãe já morreu, também pais e irmãos. Essas relações parecem alargar-se quando os filhos permaneceram no Brasil, cuidados por outros parentes, como irmãs e sogras. Há freqüentes comunicações telefônicas, em alguns casos praticamente cotidianas, em outros, semanais e, na maior parte dos casos, envios periódicos de dinheiro.

De acordo com uma mulher de 38 anos, sem filhos:

Sempre ajudei minha família. Todo mês eu mandava dinheiro e toda semana telefonava para minha mãe. Minha mãe sabia onde eu estava, sabia o que eu fazia, sempre soube... Consegui comprar uma casa para minha mãe²⁸.

Segundo uma transgênero do Ceará:

Ganhava muito bem e pode comprar três apartamentos em Fortaleza, que alugava e todo o dinheiro ia para os pais. Tinha outro apartamento em que os pais moravam e outro para o irmão²⁹.

²⁸ Entrevista realizada por Erendira em 17/03/2005 (Q3-7).

²⁹ Entrevista realizada por Tali em 05/03/2005 (Q8-4).

Mas, os depoimentos também sugerem a existência de projetos individuais, entre mulheres e transgêneros, sem vinculação com a família, como a compra de um carro e da casa própria, e até mesmo abrir um negócio para si próprio no Brasil.

Trate-se de estratégias familiares ou de projetos individuais, as motivações econômicas aparecem como o principal motivo para a migração. Uma transgênero, que se preparava para retornar a Europa dois dias após ter chegado deportada, ao aeroporto de Guarulhos, sintetiza a idéia presente na maior parte dos casos: “Ganhar dinheiro... aqui no Brasil a gente não consegue”³⁰. Todavia, os motivos para migrar envolvem vários outros aspectos. Mulheres recém separadas resolvem viajar para por uma certa distância em relação a um momento pessoal difícil: “Eu separei e fui embora para a Alemanha, para esfriar a cabeça decidi ir para lá”³¹. Alguma transgênero afirmou tentar fugir do preconceito que sentia no Brasil:

*Na verdade, eu saí do meu país porque a discriminação aqui é terrível... Porque aqui eu não me prostituía, eu fui na condição de trabalhar lá como garota de programa para fugir da discriminação aqui no Brasil*³².

Entre esses aspectos há outros, associados à ilusão de usufruir a vida em cidades ricas, “sair, conhecer lugares, pessoas”³³.

*[Na Espanha] tem as cafeterias, tem restaurante. Se você for legalizada você trabalha tranqüila e vive bem lá. Lá é um lugar maravilhoso, se você tiver legalizado no país é bom demais*³⁴.

Nesse sentido, vale considerar as reflexões de Laura Agustín (2005:100), que afirma que além de estratégias para ganhar dinheiro e das condições estruturais que modelam o mercado de trabalho, as pessoas também **desejam** viajar. Expostas a imagens de mídia que descrevem a viagem como essencial para a educação, o prazer e o cosmopolitismo, as pessoas de países ricos e pobres desejam conhecer lugares famosos, experimentar um certo glamour, serem admiradas, encontrar pessoas novas e casar.

Na experiência de algumas entrevistadas, a ilusão se desvaneceu no contato real com as culturas dos países de destino. O relato de uma deportada da Alemanha reflete esse desencanto:

Não [voltaria]... principalmente para a Alemanha... porque, as três vezes que eu viajei eu passei três meses, não conhecia o povo de lá. Mas, agora que eu passei quase um ano lá eu conheci tudo. Eu sofri muito naquele país, esse país é muito ruim. Essas meninas são muito iludidas sabe, na Europa... é muito ruim, é triste, o pessoal de lá, é muito ruim, a vida lá é

³⁰ Entrevista realizada por Carly em 07/04/2005 (Q1-34).

³¹ Entrevista realizada por Carly em 24/03/2005 (Q1-23).

³² Entrevista realizada por Carly em 21/03/2005 (Q1-20).

³³ Entrevista realizada por Táli em 20/03/2005 (Q8-8).

³⁴ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

horrível. Se tu trabalhas, sai para o teu trabalho, é dentro de casa, não tem aquela coisa de tu andares na rua, aquele monte de gente, não tem essa história. A minha tia mora na Alemanha há uns oito anos, ela não conhece o vizinho do lado dela. Então é aquela coisa sabe, se é Natal ou Ano Novo é só tua família. O alemão, para ele, a família dele é ele, a mulher e os filhos. Não tem vizinho, não tem amigo, não tem nada. A vida é muito monótona, é muito ruim mesmo. O povo de lá é muito solitário, muito carente, a criação deles é muito rígida, é horrível (...). Quando eu já fui trabalhar [como prostituta] percebia como eles [os clientes] eram. Às vezes eles me pagavam uma hora só para eu ficar ali, fazendo massagem nele, fazendo carinho. É difícil eu te explicar, mesmo. Eu só vim entender isso agora... Depois, tudo bem, que o Brasil não é essa maravilha toda, mas uma coisa é certa não tem país melhor do que o nosso próprio país. É ilusão de uma pessoa que vai para outro país achando que vai ser feliz, isso e aquilo, não. O que tu vais buscar, tu não vais encontrar em outro país, só encontra aqui, no próprio país que tu vives³⁵.

Já para outras, o maior sonho é poder regressar ao país do qual foram devolvidas.

6. INDÚSTRIA DO SEXO E TRÁFICO DE PESSOAS

De acordo com o Protocolo de Palermo, o tráfico de seres humanos envolve engano ou coação da pessoa (no recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas), convertendo-a em vítima. O tráfico apropria-se da sua liberdade por dívida ou outro meio, sempre com propósito de exploração (incluindo a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual) (Ministério da Justiça, 2004).

No Código Penal Brasileiro (cap V, art. 231, § 1 e 2) era considerado tráfico (de mulheres) promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro, prevendo multas e penas adicionais nos casos nos quais há emprego de violência, grave ameaça ou fraude e fins de lucro. **A Lei N° 11.106, de 28 de março de 2005, modificou o capítulo V do Código Penal**, tratando de tráfico internacional de pessoas (e não mulheres) e adicionando disposições relativas ao tráfico interno (isto é, no âmbito do território nacional) de pessoas.

Considerando essas conceitualizações de tráfico, na pesquisa se procurou levantar informações sobre o processo que conduziu à viagem, contatos, convites, facilitação para viajar (por meio de entrega de passagem, passaporte, empréstimos), promessas de emprego e sobre a recepção e permanência na Europa, procurando detectar enganos, coerção, dinâmicas envolvidas

³⁵ Entrevista realizada por Carly em 24/03/2005 (Q1-23).

no pagamento de dívidas, incluindo limitação da liberdade, violência e ameaças e condições nas quais se exerceu a prostituição, procurando detectar indícios de exploração nos casos em que havia sinais de engano, coação e privação da liberdade.

Um dos aspectos aos quais se prestou particular atenção foi o fato de as entrevistadas terem viajado por meio de convite, de alguma intermediação/contato ou por conta própria. Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que no conjunto das entrevistadas (não admitidas e deportadas) menos da metade afirmou ter viajado por "conta própria" (42,9%). Viajar por conta própria, porém, não exclui ter procurado ajuda para viajar, sobretudo, de amigos e, em segundo lugar, de parentes (enormemente diversificados, pai, tia mãe, irmãos, irmãs) e em pouquíssimos casos, donos de boate e namorados estrangeiros. Um percentual mais elevado (55,4%) disse ter sido convidado ou contatado por alguém. Entre estas entrevistadas um mesmo número afirmou ter sido convidada/contatada por parentes, por amigos (as) ou conhecidos. Os namorados estrangeiros também aparecem recorrentemente entre os que convidaram a viajar. Apenas duas entrevistadas (transgêneros) afirmaram terem sido contatadas por uma "cafetina". A maioria dos que convidaram/contataram eram brasileiros (58%), mas um número significativo dos contatos foi feito por estrangeiros.

A maioria das entrevistadas (62,3%), incluindo pessoas que declararam ter viajado por conta própria e mediante convite ou contato, afirmou ter recebido ajuda para viajar que consistiu, sobretudo, na passagem.

Tabela 10
Como foi comprada a passagem

Compra da passagem	Percentual
Com recursos próprios	46,9
Recebeu a passagem de alguém	46,3
Outros	(6,9)
Total	100

FONTE: Elaborado pela equipe de pesquisadores.

Nota: Os valores entre parênteses devem ser tratados com ressalvas. Neste caso a margem de erro supera 39%.

Em alguns casos, a ajuda incluiu arcar com os gastos relativos à tramitação do passaporte, dinheiro para ingressar no exterior e recepção no aeroporto no local de destino. Contudo, e este é um aspecto importante, 75% afirmou não ter feito dívidas com quem ajudou, contactou/convidou. Algumas entrevistadas podem não ter dito a verdade, mas também é necessário considerar que, nos casos em que receberam a passagem de alguém, em 1/3 deles o comprador da passagem foi familiar, 1/3 foi quem convidou/contactou e 1/3 outros, entre os que se contam madrinhas, namorados e novamente familiares. Cabe a possibilidade de que parte dessas passagens tenham sido, de fato, "presente", o que não necessariamente exclui a exploração. Contudo essa exploração não é necessariamente de índole sexual. No universo das mulheres entrevistadas em Guarulhos o caso mais grave que reúne exploração, no sentido de trabalho sem remuneração, e violência

(agressão física), está vinculado não à indústria do sexo, mas ao serviço doméstico, prestado a uma pessoa próxima, uma madrinha. De acordo com o registro do relato de uma mulher 19 anos, originária de uma pequena cidade de Goiás e deportada de Lisboa:

[Ela] tem 19 anos, rosto de menina. Usa aparelho nos dentes. Negra, se autodeclarou como tal. Estava toda vestida de preto, com um mule e bolsa vermelhos.

A madrinha dela mora em Genebra – Genev, como ela dizia, em francês – e pagou a passagem pra ela ir pra lá. Na casa da madrinha, ela trabalhava e cuidava de duas crianças, filhos da mulher. [Ela] disse que a madrinha havia prometido 200 francos pra ela. Disse que as pessoas falavam pra ela que a madrinha a explorava, pois ela trabalhava muito, todos os dias. Enfim, no dia em que o pagamento dos 200 francos estava combinado, a madrinha bateu nela, e a expulsou de casa. Ela foi para uma igreja freqüentada por portugueses, onde ela já ia enquanto morava com a madrinha. Lá a acolheram e a hospedaram.

Daí, uma amiga da mãe dela, que mora em Portugal, conseguiu pra ela um emprego pra lavar pratos em restaurante. Ela ainda disse que estava indo pra Portugal também para fugir da madrinha. Ao chegar em Portugal, foi barrada, interrogada (a princípio, disse que estava indo pra lá pra ver a santa – N. Sra. de Fátima). Foi indo, e voltou para o Brasil. A amiga da mãe havia arrumado um rapaz para buscá-la no aeroporto. Quando ligaram pra ele, pra confirmar se ele iria buscá-la, o moço disse que não, que nem a conhecia e tal. Ela disse que quer voltar pra Suíça, trabalhar, falou que lá é muito bom. Perguntei se ela não tinha medo da madrinha continuar procurando por ela: “Ah, Genev é muito grande, ela nem vai ficar sabendo que eu estou lá de novo. É só eu ficar do outro lado da cidade.

Natália, Diário de Campo, 5 de abril de 2005

Quase a totalidade das entrevistadas (94,3%) viajou com passagem de ida e volta.

Entre as entrevistadas que fizeram dívidas com quem ajudou/ convidou/contatou o acordo realizado para o pagamento da dívida, na maioria dos casos, foi que “devolveria o dinheiro ao chegar ao país de destino” e “devolveria o valor recebido”. Contudo, a maior parcela disse que **não** houve nenhum pagamento da dívida. Essa resposta tem várias interpretações possíveis e cabe considerar que em alguns casos a não admissão pode ter inviabilizado o pagamento da dívida. Finalmente, no que se refere a ter mantido com elas a passagem e o passaporte o tempo todo, 57,1% afirmaram que a passagem de volta **não** ficou em seu poder o tempo todo e 86,9% afirmaram que alguém reteve seu passaporte. Mas, se estas respostas podem sugerir indícios de tráfico, no que se refere à retenção do passaporte elas devem ser relativizadas porque em 89,1% dos casos foi retido pela polícia/migração e na totalidade destes casos o tempo todo.

No conjunto amplo das entrevistadas, incluindo o total de não admitidas e deportadas, 61,1% afirmaram viajar sem promessa de emprego. De acordo com elas, as atividades propostas para as que tiveram promessa de emprego, foram, sobretudo, trabalho doméstico em casa de família ou trabalhos de baixa qualificação, como, garçõnete, camareira, manicure, babá, ajudante de cozinha, etc. Uma pequena parcela disse ter recebido salários/pagamentos durante a permanência no exterior.

Nesse quadro geral, os relatos das entrevistadas que estiveram envolvidas na indústria do sexo na Europa iluminam aspectos particulares dessas questões gerais. Essas narrativas embaralham a fronteira entre viajar por “conta própria” e “convidada” ou contatada; apontam para o fato de que em contextos de prostituição as dívidas contraídas envolvem mais do que a da compra de passagem e sugerem que essas dívidas são necessariamente pagas (a menos que haja uma deportação interrompendo o pagamento). Os relatos mostram que, nestes casos, não houve engano em relação às atividades a serem realizadas no exterior (como *stripper*/dançarina e prostituta). Tampouco houve viagens forçadas, sob coação, embora várias das entrevistadas não tivessem feito “programas” no Brasil, nem privação da liberdade. Contudo, em alguns casos houve engano, em termos das condições de trabalho, que nem sempre foram as esperadas, e em termos do valor da dívida, que acabou sendo maior do que o inicialmente acordado.

Uma pequena parcela dessas entrevistadas afirmou já exercer a prostituição no Brasil entrevistadas (duas transgêneros e uma mulher, esta última, do Paraná, fazia “programas” por R\$ 50,00 o programa no Brasil e por R\$ 420 na Suíça)³⁶. O resto conforma um universo de pessoas que desempenharam atividades diversificadas no Brasil (cabeleireira, manicure, auxiliar de enfermagem, professora de ensino fundamental, vendedora, secretária e doméstica) e viajaram dispostas a tentar sorte na indústria do sexo na Europa, longe de casa, como prostitutas ou dançarinas. Apenas duas entrevistadas, uma transgênero e uma mulher, viajaram com o objetivo de desempenhar outros trabalhos e após desempenhar atividades desvinculadas da indústria do sexo, ingressaram no mundo (mais lucrativo) da prostituição. De acordo com o registro do relato de uma transgênero originária do Ceará que, nessa transição, teria passado a ganhar aproximadamente 7.000 euros, superando amplamente os 1.200 que recebia antes³⁷:

Seus pais a sustentavam no Brasil, onde estudava... Foi para Itália e começou trabalhando num hotel, como recepcionista... A polícia acabou fechando o hotel. Contou-me que só depois entrou para a “bagunça”, ‘putaria’... virou travesti e começou a fazer programa.

Táli, Diário de Campo, 5 de março de 2005

³⁶ Entrevista realizada por Erêndira em 17/03/2005 (Q3-2).

³⁷ Entrevista realizada por Tália em 05/03/2005 (Q8-4).

No relato de uma mulher deportada da Alemanha:

Eu fui três vezes para lá, para a Alemanha, sempre para a casa da minha tia, ficava três meses e voltava. Inclusive, uma das vezes, eu levei a minha filha comigo, minha primeira filha, que na época eu ainda não tinha a segunda, e agora a quarta vez que eu fui, fiquei mais tempo, fiquei onze meses e fiquei um mês na prostituição... [Antes] Eu ajudava a minha tia na casa dela, aí quando aparecia alguma coisa, limpeza eu fazia, cuidar de criança. Só bico mesmo... [Na prostituição] por dia, eu fazia uns 1.500 a 2.000 mil reais, transformando em reais, quase 2.000 reais eu fazia por dia³⁸.

Nesse universo, viajar por conta própria pode referir-se a uma iniciativa autônoma na qual se obtém os recursos para viajar sem recorrer a ninguém. Duas transgêneros oferecem exemplos desta situação.

Eu saí do Brasil com uma sacola de plástico com a minha roupa. Fui para a Venezuela, trabalhei, juntei o dinheiro, mil dólares da passagem, mi dólares para passar na imigração e eu fui embora [para Espanha]... Tudo o que eu consegui foi com o meu trabalho, o meu esforço, dedicação. Hoje eu sou uma atriz pornô, conhecida por toda Europa, tenho o meu dinheiro, tenho a minha casa. Valeu a pena ter ido para lá, fui deportada duas vezes³⁹.

No Brasil, moro com minha amiga que viajou comigo... Eu fiz um empréstimo para ela ir comigo, fiz um empréstimo para mim e para ela⁴⁰.

Viajar por conta própria, porém, alude, sobretudo, ao fato de não ter viajado mediante agenciadores e contraído dívida, uma vez que a idéia de viajar por conta não exclui receber ajuda de alguém para comprar a passagem, recepção no local de destino, hospedagem e facilitação para inserir-se em um outro nicho da indústria do sexo no exterior. O registro do relato de uma jovem mulher deportada de Portugal mostra a combinação desses elementos.

Ela disse que foi por conta própria, mas ajudada financeiramente pela sogra. Tinha uma amiga brasileira que estava lá. Ela ficou na casa dessa amiga no início... [A amiga] era stripper e por isso ela conseguiu contato para trabalhar no ramo. E virou dançarina porque era o que dava mais dinheiro⁴¹.

³⁸ Entrevista realizada por Carly em dia 24/03/2005 (Q1-23).

³⁹ Entrevista realizada por Carly em 21/03/2005 (Q1-20).

⁴⁰ Entrevista realizada por Diego em 07/04/2005 (Q2-33).

⁴¹ Entrevista realizada por Mariana em 20/03/2005 (Q5-10).

A transgênero que viajou “por conta própria” fazendo empréstimo para viajar junto com uma amiga alude à relevância de ter alguém conhecido que receba e introduza no ambiente da prostituição local.

O contato no exterior foi uma amiga, casada com um espanhol. Todavia elas não puderam ficar na casa dela por não achar conveniente, já que mora com o marido. Então a amiga as levou para a casa onde ficaram, apresentou-as para a dona da casa e deixou um celular para entrarem em contato com quem quisessem, com ela própria, família ou amigos⁴².

A combinação entre viajar por conta própria, com o próprio dinheiro, contatos e recepção é registrada também no diário de campo de uma das pesquisadoras.

[Entrevistei] Uma moça paraense, com ensino fundamental incompleto que, quando morava no Brasil, era empregada doméstica. Ultimamente morava na Província de La Rioja, na Espanha, onde trabalhava como camareira e garçomete em um bordel... Disse que trabalhou como “puta” nos primeiros meses. O dono da boate é namorado de uma amiga dela brasileira que morava em Goiânia. Conheceu essa moça em uma das viagens que fazia à Goiânia, para comprar roupas no atacado e vendê-la... no Pará, cidade onde nasceu e viveu até ir para Espanha. Essa amiga era “puta” e a ajudou de alguma forma, a viajar. Deu algumas coordenadas e falou sobre a casa de prostituição do namorado. Então ela juntou dinheiro... e foi para Espanha.

Carly, Diário de Campo, 6 abril de 2005

Por outro lado, a idéia de “convite” é ampla e pode ou não envolver dívidas. O relato de uma não admitida que tentava regressar a Espanha mostra este ponto comparando a maneira como a sobrinha e ela própria, ambas “convidadas”, foram a Europa:

Entrevistada: Já tinha minha sobrinha que já tinha ido para a Espanha... [Era] garota de programa. Daí ela me chamou várias vezes eu nunca quis ir. Só que daí como eu fui morar perto de [uma] vizinha que já tinha ido e tal, e começou a acelerar a idéia. Vamos, vamos, você tem que ir, já tem uma sobrinha tua lá, aquela coisa assim, vamos. Até que me fizeram a cabeça. Daí quem mandou a passagem para mim ir foi minha sobrinha, a primeira vez... Ela foi através de um cara que ela conheceu em (...) Rondônia, porque a gente morava lá, antes de... morar em... Toledo.

Pesquisadora: Ela conheceu esse cara e esse cara mandava meninas para fora é isso ou não?

⁴² Entrevista realizada por Diego em 07/04/2005 (Q2-33).

Entrevistada: Eu não sei se ele mandava, eu sei que ela falou para mim que ele chamou ela, falou que ela era muito bonita, falou porque ela ficava perdendo tempo aqui não ia ganhar dinheiro, fazer a vida dela pra lá, porque ela realmente é muito bonita, e daí ela foi, se deu muito bem, ela ganhou muito dinheiro... Ele deu [a passagem]... Daí lá ela pagou... Quando ela chegou [a Espanha] ela começou a trabalhar normalmente⁴³.

Algumas transgêneros marcam uma diferença no que se refere aos “convites”, aludindo a uma autonomia relativamente maior que elas supostamente teriam, em relação às mulheres. De acordo com uma dessas entrevistadas:

Com as trans é diferente, a gente não tem convite assim de pessoas. Vai umas, vai outra, que a gente conhece. Ela fala, aí como você vai para a Europa? Não sei o que, não tem convite assim aí você vai comigo, elas chamam, elas dão os caminhos, a gente vai, segue, vai embora⁴⁴.

Essa afirmação, porém, é relativizada em depoimentos de outra transgênero que já trabalhava na prostituição no Brasil, afirmando ter sido convidada (e posteriormente controlada) por cafetina.

Ela me perguntou se eu queria ir para a Itália, eu falei que sim, que eu tinha vontade de ir para a Itália... Eu conheci ela daqui de São Paulo, eu trabalhava em Osasco com ela... na rua⁴⁵.

O trabalho de repressão ao Tráfico de Pessoas envolve a luta contra grupos criminosos organizados dedicados a este tipo de atividade. Como assinala Regina Bittencourt (2005), a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) define, no seu artigo 2º, um grupo criminoso organizado como “um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existido durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes grave ou infrações estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter direta ou indiretamente um benefício econômico ou outro benefício material”. Sem negar a existência desses grupos, a bibliografia sobre o tema aponta para a existência de uma diversidade de arranjos viabilizando a migração para inserir-se no mercado do sexo. De acordo com esses estudos, as migrantes implementam suas redes sociais para migrar (Agustín, 2005), envolvendo conhecidos (as), amigos (as), parentes e namorados (as) (Piscitelli, 2005). E esses arranjos não divergem significativamente dos presentes na migração internacional de brasileiros em sentido amplo, nem na migração interna que tem tido lugar no Brasil (Assis, 2004).

Os relatos deste grupo de entrevistadas remetem a dois tipos de situações. Elas afirmam saber da existência de grupos organizados. De acordo com uma transgênero:

Eu estou no meio de tudo isso, eu conheço as pessoas que fazem isso. Eu fui por vontade própria, mas no meio que eu trabalho as pessoas vivem em torno disso... Quem leva são os traficantes de mulheres, tem agências que

⁴³ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

⁴⁴ Entrevista realizada por Carly em 07/04/2005 (Q s/n).

⁴⁵ Entrevista realizada por Mariana em 05/04/2005 (Q5-22).

manda por dia 10, 15 mulheres, só que eles mandam em vôos diferentes, sai cinco do Rio, sai cinco de São Paulo. É todo um esquema, é toda uma máfia montada, tem as conexões, aeroporto que chega, a hora do vôo, terminal que vai chegar, terminal que tem menos controle, terminal que tem mais controle, é tudo uma máfia já montada... É uma grande diferença... Uma travesti para ir daqui para lá, ela não paga menos de 10 mil euros. Então quer dizer, os 10 mil euros que ela vai ganhar lá é o tempo que ela está nova, que ela chegou, que ela está ganhando bem. Só que depois que passou esses três meses que ela ganhou 10 mil euros, ela já não vai está ganhando tanto mais, o tempo de estrela dela acabou, já é outra coisa, ela começa a ganhar menos, então é mais difícil para fazer a vida, juntar o dinheiro é mais difícil por isso⁴⁶.

Contudo, nas narrativas das próprias viagens surgem, sobretudo, teias femininas formadas por amigas, conhecidas, vizinhas e parentes, tias, sobrinhas, irmãs, sogras, "convidando", informando, estabelecendo conexões. No que se refere a este ponto, é importante considerar o contexto de partida dessas migrantes. Por um lado, é necessário levar em conta a tradição existente, re-criada durante gerações sucessivas, em relação à migração. Neste sentido, as viagens internacionais se adicionam a uma história de deslocamentos internos no país. Por outro lado, é necessário considerar uma certa "normalização" da prostituição. Analisando os deslocamentos recentes das fronteiras em torno à sexualidade, Luiz Fernando Dias Duarte chama a atenção para as intensas negociações em curso a respeito da "normalização" de práticas sexuais que foram objeto de intensa rejeição no passado, como o adultério, a masturbação, a pornografia, a sodomia, o homoerotismo e a prostituição. Segundo o autor, tais negociações se articulam, simultaneamente, à criminalização de outras práticas, como a violência sexual ou a pedofilia (Duarte, 2004). A idéia de uma certa "normalização" aparece nos relatos de mulheres inseridas na indústria do sexo na Europa, que não exerciam a prostituição no Brasil. Isto vale para diferentes atividades dentro dessa indústria. No relato de uma mulher deportada de Portugal, *stripper* em uma boate desse país, registrado por uma das pesquisadoras:

(...)Acha Portugal maravilhoso. Ela nunca tinha ido para o exterior antes. Lá tem um namorado que sabe que ela dança e não se importa porque sabe que ela faz por dinheiro. E é tudo bem escuro na boate, então não tem tanta importância mesmo⁴⁷.

Uma mulher de 34 anos, mãe de três filhos, que já tinha migrado de Rondônia para o Paraná explicou sua decisão nos seguintes termos:

Foi assim, ela [a vizinha] que me falou dos trabalhos lá, que ela já trabalhava, já tinha ido antes... Aqui... ela não era [garota de programa]... Ela foi fazer isso lá. Daí, através dela, ela me deu a idéia de ir para lá. Ela falou porque

⁴⁶ Entrevista realizada por Carly em 21/03/2005 (Q1-20).

⁴⁷ Entrevista realizada por Mariana em 20/03/2005 (Q5-10).

⁴⁸ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

eu não ia e tal, trabalhar, que eu ia ganhar mais, ia conseguir as coisas para mim, que as coisas não era bicho de sete cabeças igual as pessoas pensam⁴⁸.

De acordo com uma ex-secretária:

Isso [trabalhar na prostituição] foi uma coisa minha que eu decidi só para ter [dinheiro para] vir embora, entendeu? Isso é uma coisa super normal. Acho que 90% das brasileiras que viajam para o exterior é para isso, independente de ir para a Alemanha, Espanha, Suíça, seja para onde for, vai para fazer isso, entendeu? Não tenho nada contra⁴⁹.

Isso não quer dizer que todas essas entrevistadas tenham necessariamente gostado de trabalhar na prostituição, nem que se sintam inteiramente livres do estigma (Pheterson, 1986) a ela vinculada, o que é claro nos relatos dessas duas entrevistadas. Nos termos da migrante de Rondônia:

Entrevistada: Ai chegando lá [na Espanha] me dei bem que só, gostei, adorei ficar lá naquele lugar, ganhei muito dinheiro lá.

Pesquisadora: E mesmo com a profissão, encarou bem a profissão?

Entrevistada: Mais ou menos, não gostava não.

Pesquisadora: Mesmo assim é melhor do que aqui?

Entrevistada: Melhor, toda vida, conseguia comprar tudo que minhas crianças queriam, eu comprava, mandava para eles⁵⁰.

De acordo com a ex-secretária:

Foi uma coisa que parece que eu sujei a minha imagem. Eu tenho as minhas filhas. Sou muito conhecida aonde eu moro, meu marido é muito conhecido e foi uma coisa que eu tive que fazer, não tive outra opção, mas é uma coisa que vai ficar manchada para o resto da minha vida, não vou poder esquecer. Vou tentar esquecer, mas não vou conseguir apagar da minha mente isso⁵¹.

Contudo, é importante reter a idéia de normalização, vinculada ao desejo de aceder a um patamar superior de consumo, para compreender as noções permeando as viagens dessas mulheres e as dinâmicas que tornam a prostituição uma possibilidade na vida de entrevistadas ingressando na indústria do sexo no exterior sem estarem necessariamente ameaçadas, nem forçadas pela extrema pobreza.

As redes, sobretudo femininas, e integradas basicamente por parentes, adquirem relevância não só na organização da partida e inserção na indústria do sexo no exterior, mas,

⁴⁹ Entrevista realizada por Carly em 24/03/2005 (Q1-23).

⁵⁰ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

⁵¹ Entrevista realizada por Carly em 24/03/2005 (Q1-23).

também na retaguarda, cuidando dos filhos que ficaram no Brasil e do dinheiro enviado por aquelas que viajaram.

No conjunto amplo das entrevistadas (não admitidas e deportadas) que retornaram ao Brasil via Guarulhos, parece delinear-se alguma rota indireta para chegar ao lugar de destino, principalmente Paris para chegar à Espanha. No entanto, no universo mais restrito de entrevistadas que afirmam ter trabalhado na indústria do sexo na Europa, os caminhos para chegar aos lugares de destino são diversificados, sem apresentar necessariamente uma recorrência, excetuando o fato de fazer trajetos indiretos para chegar ao lugar de destino, desembarcando em Paris, para chegar à Itália ou Espanha, em Lisboa para chegar à Espanha, na Rússia, para chegar à Itália, em Frankfurt para chegar à Espanha ou na Itália, para chegar em Hamburgo.

A situação de "endividamento", fase do processo deste tipo de migração na qual pessoas envolvidas na prostituição tendem a sofrer restrições à liberdade e, às vezes, ameaças, afetou algumas das entrevistadas. Contudo, nesse universo, foram as transgêneros as que se referiram a essas situações.

Ela já tinha conhecimento de pessoas que iam fazer programas na Europa, mas só tinha ouvido falar do glamour e não dos maus-tratos que podem ocorrer. Seu trato com a cafetina que a levou era de que pagaria 9.000 euros. Depois de ter pagado a quantia fora informado de que o preço seria na realidade de 12.000 euros⁵².

Os relatos de transgêneros sugerem que nem sempre ter recursos próprios para viajar evita incorrer em algum tipo de dívida. Pode tratar-se de chantagem, do pagamento exigido para não serem denunciadas, ou da "compra" de um ponto na rua. De acordo com uma entrevistada que já fazia "programas" em São Paulo e se considera "experiente":

Ela [a cafetina] falou: você vai ter que pagar uma quantia. Eu falei: mas eu tenho o meu dinheiro, se eu for com o meu dinheiro? Ela falou você só me dá um regalo, o regalo significa um cordão de ouro ou então mil euros a mais. Eu falei tudo bem, como ela comprou, eu dei o dinheiro, o documento ela comprou. Fui primeiro para a Espanha, passei um mês, não gostei. Aí peguei o trem fui para a Itália e gostei da Itália (...) ela sabia. Quando chegou lá tudo bem, aí ela falou que eu tinha que dar dez mil euros... Na Itália, aí eu falei tudo bem eu te pago, não tem problema, paguei, trabalhei dois meses paguei.

Ela falou que eu tinha que pagar dez mil euros, como ela era documentada na Itália ela me denunciava para a polícia e me mandava de volta para o Brasil⁵³.

⁵² Entrevista realizada por Mariana em 04/03/2005 (Q5-2).

⁵³ Entrevista realizada por Mariana em 08/04/2005 (Q5-22).

Outra transgênero referiu-se à obrigatoriedade da compra do “ponto”:

A gente tinha que pagar semanalmente, na realidade quando nós chegamos lá para nós trabalharmos na rua a gente tinha que pagar um ponto para a pessoa da casa, a gente pagava determinada quantidade para a gente ficar nesse local para trabalhar... era no valor de três mil euros para ficar trabalhando... Pagou, fica para você... Não [cheguei a pagar], quem me dera pagar pelo menos dois mil, não porque a gente ficou 21 dias, na faixa de 30 a 40 euros por dia, então não dava para ter pagado nem a metade, porque a gente pagava semanalmente os 270 euros⁵⁴.

Embora várias entrevistadas referiram-se à necessidade de pagar um ou outro tipo de dívida, apenas duas, transgêneros, aludiram a controles e a terem sido forçadas a trabalhar, em condições que consideraram inadequadas e enganosas no exterior, além de terem sido objeto de violência e ameaças. De acordo com uma dessas entrevistadas: “Teria que pagar, do contrário morreria no Brasil, mas a ameaça não era explícita”⁵⁵. Segundo a outra:

Se não trabalhava, a cafetina não recebia e aí ameaçava a família... O ponto na rua era ruim, cheio de outros travestis da América Latina, como Peru e Bolívia, mas principalmente Brasil. No ponto não dava para pegar ninguém... E receberam mais de uma proposta para trabalhar em outro lugar, mas não podia, a cafetina não permitia, ela observava tudo. Trabalhava de domingo a domingo por 50 euros o programa, que durava em média de 40 minutos a uma hora. Ela não quis mais pagar, fugiu da cidade e foi ameaçada de morte. Aqui morrerá e terá sua família ameaçada desde a Europa. “A cafetinação que é o problema. E a polícia não faz nada, mas se estiver transando na rua, isso para eles é problema”. Ela ficará escondida em uma favela carioca, (é da lá), na casa da mãe. Acha que a cafetina não vai achá-la no meio da favela⁵⁶.

Nesse universo há uma nítida percepção de que as ameaças estão vinculadas ao não pagamento da dívida. Nos termos de uma mulher que migrou a partir de Goiás:

Entrevistada: Sou de Goiânia, fui para Madri e fiquei lá.

Pesquisadora: Essa coisa que a gente tinha conversado, sobre as mulheres que vão e que são ameaçadas, que você falou que não acontece.

Entrevistada: Não, não acontece. Comigo mesmo e com muitas que foram, não. Claro, as mulheres que vão para lá e são ameaçadas é que vão e não pagam a passagem, que devem para o dono do clube e o dono do clube quer receber a passagem, se não paga, não ameaça, mas comigo não... pagam... com o próprio trabalho.

⁵⁴ Entrevista realizada por Diego em 30/04/2005 (Q2-33).

⁵⁵ Entrevista realizada por Mariana em 04/04/2005 (Q5-22).

⁵⁶ Entrevista realizada por Mariana em 05/03/2005 (Q5-2).

Pesquisadora: Tem mulheres aqui que conhecem pessoas lá, como que elas vão para lá?

Entrevistada: Aqui, no Brasil, tem mulher que se dedica a fazer o tráfico normal e manda para lá devendo... Eu fui através de uma amiga, eu fui com meu dinheiro, mesmo⁵⁷.

Porque motivo são, sobretudo, as transgêneros as entrevistadas que aludem a dívidas, controle, violência e ameaças? É possível que as mulheres entrevistadas não digam a verdade, mas cabe também a possibilidade de que as que aceitaram realizar as entrevistas em profundidade tenham viajado ou tenham ingressado na indústria do sexo europeia, como afirmam, "por conta própria".

Ter viajado por "conta própria", porém, não necessariamente elimina situações de exploração. Elucidar este ponto requer prestar atenção às condições de trabalho e residência das entrevistadas, e os ganhos obtidos. Essas condições variam entre entrevistadas que trabalharam de maneira autônoma ou como "empregadas" em locais destinados ao consumo de sexo. As dançarinas aludem a jornadas de trabalho mais reduzidas que as associadas à prostituição. No relato de uma deportada de Portugal que afirma ter trabalhado como *stripper*, registrado por uma integrante da equipe:

Virou dançarina porque era o que dava mais dinheiro... Ganhava 3.000 euros por mês... Trabalha quatro horas por dia, de segunda a sábado (a jornada é curta pelo fato dela ser stripper). Ganha salário por dia. Trabalha na mesma casa (boate) todo dia e nessa casa não há prostituição. Morava lá sozinha 'como rainha'⁵⁸.

Na história de uma transgênero colhida por uma das pesquisadoras:

Disse que era dançarina numa boate, assim como sua prima que a convidou para ir à Itália e estava casada com um italiano. Disse que adorava seu ambiente de trabalho, que era respeitada. Não trabalhava todos os dias, apenas sexta, sábado e domingo, 8 horas por dia e recebia seu pagamento no final desse período de três dias⁵⁹.

O ritmo de trabalho parece bem diferente no caso de mulheres trabalhando em clubes: é mais intenso e requer uma rotatividade, marca característica do trabalho na indústria do sexo. No relato de uma mulher que trabalhou em clubes, na Espanha:

A primeira vez fui com uma amiga, que me chamou para ir, fui trabalhar em um clube. Fui porque quis, nada me obrigou a trabalhar... Antes? Trabalhava no hospital, de enfermeira. [Nos clubes]... Eu mudava. Ficava 21 dias num lugar, 21 dias no outro, fazendo praça... O programa mínimo é 150 euros, que são 500 reais. É 20 minutos. Mas, no mês dá para sacar 12 mil euros, 15 mil euros no mês, numa praça de 21 dias⁶⁰.

⁵⁷ Entrevista realizada por Erêndira em 16/03/2005 (Q3-6).

⁵⁸ Entrevista realizada por Mariana em 20/03/2005 (Q5-10).

⁵⁹ Entrevista realizada por Táli em 20/03/2005 (Q8-8).

⁶⁰ Entrevista realizada por Erêndira em 16/03/2005 (Q3-6)

Entrevistadas que trabalharam em boates, clubes ou na rua aludem a um número de clientes mais ou menos estável que parecem considerar “normal” (de quatro a seis por dia). Todavia, a liberdade de escolher o número de horas de trabalho aparece delineada com maior nitidez nos casos em que mulheres ou transgêneros trabalham de maneira autônoma, seja como únicos ocupantes de um apartamento ou dividindo de maneira igualitária o espaço de trabalho. Uma transgênero descreve da seguinte maneira sua dinâmica de trabalho e lucros:

*Como eu te falei, eu fui para trabalhar como garota de programa, depois é que pintou essa outra oportunidade. Hoje eu tenho vários filmes, tenho duas páginas de internet. O pessoal é mais educado [na Espanha]... meus chefes são os clientes. Isso eu falo no trabalho que eu mais faço dia-a-dia, porque os outros, os meus trabalhos de modelo, de atriz pornô, isso é de vez em quando, uma vez na semana, duas, depende... Eu tenho um apartamento em Madri, alugado e trabalhava por toda a Europa, nos clubes, cabarés. Eu cobro cem euro a hora por cliente. Era pagamento à vista. Não aceitava cartão de crédito **nem** cheque... Meus dias eram todos iguais. Eu acordava de manhã, me maquiava, ia trabalhar, quando não estava trabalhando estava com os clientes. Trabalho em casa. Acordo e trabalho. Onde eu estou morando. Eu tenho um apartamento em Madri, mas quando eu vou trabalhar nas praças, nos clubes e nos cabarés, já acordo, tem um anúncio na internet e os homens vêm em casa. Acordo, me maquio, espero os clientes, termino vou dormir, não saio para discoteca não faço nada. Quando eu não estou fazendo isso, estou em algum estúdio fazendo algum trabalho⁶¹.*

Uma experiência análoga é relatada por uma transgênero de Fortaleza:

Morava sozinha em um apartamento e colocava seus anúncios em jornais, internet. Atendia os clientes quando eles marcavam e se por acaso estava indisposta não atendia. Trabalhava de segunda a sábado e decidia quantas horas, que horário, quatro ou cinco clientes por dia⁶².

Esse tipo de liberdade na dinâmica de atendimento também é destacada por uma mulher deportada da Alemanha:

Era uma casa, era eu e mais duas brasileiras, era uma casa com três quartos, a gente trabalhava com um esquema, colocava anúncio no jornal, os clientes ligavam a gente conversava no telefone dava o endereço e eles iam lá. A gente fazia o nosso horário, a gente fazia o nosso preço, fazia o nosso trabalho... A gente pagava o nosso aluguel e o que a gente fazia era nosso... Eu não saía, eu fiquei um mês, só saía para fazer

⁶¹ Entrevista realizada por Carly em 21/03/2005 (Q1-20).

⁶² Entrevista realizada por Táli em 05/03/2005 (Q8-4).

*supermercado, comprar algum produto ou comida. O ambiente era bom, porque a gente já se conhece desde lá [Brasil]. [Minha amiga] morava na mesma rua. Hoje ela mora na Alemanha. Era bom porque a gente conversava, passava o tempo, quando a gente queria beber a gente comprava, bebia, conversava, escutava música... porque era assim, a gente fica esperando entendeu? Eles ligam muito... a gente recebia por dia umas 30 a 50 ligações, as três, ao todo... Atendia uns cinco a seis clientes por dia. Olha, por dia, eu fazia uns 1.500 a 2.000 mil reais, transformando em reais, quase 2.000 reais eu fazia por dia, mas não adiantou nada que a polícia ficou com tudo*⁶³.

Essas entrevistadas trabalharam “por conta própria”, oferecendo serviços sexuais em apartamentos nos quais estavam sós, ou dividiam igualmente com outras colegas, sem deixar lucro nenhum para terceiras pessoas. Contudo, essas situações de trabalho aparecem como excepcionais em relação às desempenhadas em boates e clubes: a maioria deixou parte de seus rendimentos nas mãos de donos e gerentes desses estabelecimentos ou de alguma cafetina. Nos relatos das entrevistadas, os percentuais cobrados nos estabelecimentos nos quais se trabalha oscilam entre 10, 30, até 50% do valor dos programas ou das danças. Mas, esses percentuais não são necessariamente percebidos como abusivos.

*Nós morávamos num apartamento, nós duas, pagava tudo e tinha dinheiro suficiente para sobreviver, ia trabalhar normal, [em um clube] tranqüilo, no dia que não podia ir não ia, ninguém pressionava ninguém... [Um programa] era por exemplo, era 50 euros, ficava 10 [no clube]*⁶⁴.

A idéia de abuso está vinculada ao excesso nos lucros obtidos a partir do trabalho e da moradia. Assim, algumas entrevistadas percebem como exagero os preços cobrados pela hospedagem. No relato de uma transgênero, registrado por uma pesquisadora:

*Disse que dormia em um apartamento com outros travestis e que dormia no chão. A cafetina alegava que aquele era seu único apartamento disponível. Ela pagava 1.000 euros por mês de aluguel para dormir com cinco pessoas que nem se conheciam – havia mistura de bichas de vários lugares, tinha brigas*⁶⁵.

Nesse universo, a noção de violência está vinculada ao controle, cerceamento da liberdade e procedimentos para forçar à realização de algo. Independentemente de trabalhar em boates, clubes, casa ou rua, em nenhum dos relatos foi registrada a obrigação a aceitar clientes, a realizar práticas sexuais que não desejassem ou a trabalharem sem preservativos, embora isto tenha sido

⁶³ Entrevista realizada por Carly em 24/03/2005 (Q1-23).

⁶⁴ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

⁶⁵ Entrevista realizada por Mariana em 05/03/2005 (Q8-4).

recorrentemente solicitado e até “premiado” pagando um valor maior pelo “programa”, algo ao que todas (mulheres e transgêneros) negaram aceder. A eventual violência exercida pelos clientes, presente no universo de transgêneros que trabalham na rua, aparece como controlada nos casos em que mulheres trabalham em espaços fechados. De acordo com uma entrevistada:

Daí, por exemplo, se lá no quarto, na hora que a menina está lá se eles agridem, querem forçar a fazer alguma coisa que a mulher não quer que faça ela chama os seguranças e eles tiram a ponta pé, no soco, eu vi um caso lá de um cara que queria forçar a garota a fazer um serviço lá que ela não queria, aí o segurança entrou e mandou o murro na cara dele e fez ele sair vazado com a cara saindo sangue⁶⁶.

De maneira análoga, o consumo de drogas, que foi mencionado nas entrevistas, apareceu como algo também aberto à escolha⁶⁷.

Neste grupo de entrevistadas, poucas tentaram, sem sucesso, regularizar sua situação no país em que residia. E, se algumas aludiram a atividades de lazer, diversões, nos relatos de várias há referência a uma vida inteiramente dedicada ao trabalho. Por que motivo (fora os casos de ameaças) essas entrevistadas se submetem a uma vida de trabalho intenso em uma atividade que várias não gostaram de realizar, pagando, às vezes, dívidas e elevados percentuais? As respostas são basicamente econômicas. Quase todas as entrevistadas que trabalharam na prostituição indicaram o valor dos programas, que varia segundo se trate de transgêneros e mulheres e do local de trabalho, na rua, em clubes e apartamentos (nestes últimos o valor do “programa” pode dobrar). Algumas aludiram à quantia que é possível faturar em um clube (até 12.000 euros), mas sem precisar o valor retido pelo clube. Apesar de indicarem que os lucros mensais superam os 3.000 euros, uma entrevistada afirmou que o que ganhava era suficiente para manter-se e comprar roupas. Sendo assim, é impossível calcular uma renda média obtida a partir do trabalho na indústria do sexo. Contudo, várias das entrevistadas têm uma clara percepção dos lucros recebidos, medidos em termos dos bens adquiridos no Brasil. Nos termos de uma transgênero que passou dois meses trabalhando na rua para pagar a dívida: “Eu tenho minha casa e meu carro, quando fui [a Europa] não tinha nada”⁶⁸.

7. CONCLUSÃO

As entrevistadas que migraram para trabalhar na indústria do sexo na Europa compartilham, em termos gerais, as características socioeconômicas presentes no total da amostra de não admitidas e deportadas que retornam ao Brasil através do aeroporto do Guarulhos.

⁶⁶ Entrevista realizada por Erendira em 29/03/2005 (Q3-19).

⁶⁷ Entrevista realizada por Mariana em 08/04/2005 (Q5-22).

⁶⁸ Entrevista realizada por Mariana em 08/04/2005 (Q5-22).

Contudo, muitas das que tiveram o ingresso recusado certamente não estavam viajando com o objetivo de trabalhar na prostituição. Há uma imagem cristalizada sobre as brasileiras de certas camadas sociais, cores e estilos corporais que as constrói como prostitutas. Esse estereótipo permeia o clima de recepção das brasileiras no exterior, informando o tratamento humilhante a elas concedido. Várias fazem questão de denunciar esse tratamento às autoridades do Brasil, sobretudo ao presidente Lula. Com razão, pois motivo nenhum justifica os maus-tratos aos que são submetidas nos aeroportos dos países do “Primeiro Mundo”.

O fato de que aproximadamente 24% das deportadas afirmaram ter oferecido serviços sexuais na Europa é bastante significativo. Todavia, é importante considerar que as prostitutas são mais visíveis e vulneráveis que outras trabalhadoras em situação irregular e é possível que este aspecto incida em uma maior representação de trabalhadoras do sexo no grupo de deportadas.

As redes criminosas organizadas são uma referência constante nos relatos das entrevistadas que participaram na indústria do sexo na Europa. No entanto, referem-se, sobretudo, a “outras” pessoas, destacando, nas próprias histórias, redes de vizinhança, amizade e parentesco. Mesmo se os relatos não remetem a redes criminosas organizadas, há registros de diversos estilos de intermediações, no Brasil e/ou no exterior, favorecendo as viagens de mulheres e transgêneros que pretendem trabalhar na prostituição. Este é um ponto importante, pois a facilitação para partir a outro país com o objetivo de exercer a prostituição no exterior caracteriza tráfico, de acordo com o Código Penal Brasileiro. Segundo a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko V. de Castilho (2006), o termo “facilitar”, presente no Código Penal, abrange meios tais como fornecimento de dinheiro, papéis, passaporte, compra de roupas ou utensílios de viagem. Ainda de acordo com a autora, se uma mulher brasileira que exerce a prostituição no exterior conta com a ajuda de alguém para a compra da passagem, ela não pratica crime, mas quem lhe empresta o dinheiro, sabendo da finalidade, pratica o crime de tráfico. O consentimento livre não exclui o crime.

Os relatos de parte significativa dessas entrevistadas, contando com algum tipo de facilitação para exercer a prostituição no exterior, remetem à noção de tráfico, segundo o Código Penal. Todavia, essa parcela se reduz de maneira expressiva considerando a conceitualização de tráfico no Protocolo de Palermo. Embora várias contraíram dívidas, houve pouquíssimos casos de engano, controle, restrição da liberdade, violência e ameaças. Entre as mulheres entrevistadas, apenas uma estava inserida no serviço doméstico e não na indústria do sexo. Entre as transgêneros, duas, trabalhavam na prostituição. Em alguns casos terceiras partes obtiveram lucros a partir do trabalho dessas pessoas na indústria do sexo. Todavia, é importante lembrar que, de acordo com o Protocolo de Palermo, no que se refere à prostituição, o tráfico internacional de pessoas não se trata meramente da exploração dessa atividade ou de outras formas de exploração sexual, mas desse tipo de exploração no marco de um processo migratório que, nas diversas fases que o compõem, envolva ameaça, fraude, força, coação, rapto, abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade e/ou serviços forçados ou práticas

similares à escravidão ou servidão. Algumas destas entrevistadas pretendem retornar a Europa o mais rápido possível, uma vez que consideram ainda não terem atingido seus objetivos, que são característicos dos ideais da classe média brasileira: casa própria, carro, uma loja, salão ou supermercado. Elas estão dispostas à realização de qualquer esforço para realizar outra viagem. Outras consideram que já atingiram os objetivos que as conduziram ao exterior, inclusive obtendo o lucro adicional de algum namorado estrangeiro disposto a residir no Brasil, e não pretendem voltar, re-valorizando o país e sua cultura. Há, porém, mulheres que não desejariam retornar, ao menos não para continuar trabalhando na prostituição. Contudo, sentem-se fragilizadas, sem recursos econômicos, nem possibilidades de futuro no Brasil (consideram as atividades que desempenharam antes de migrar incapazes de gerar a renda que precisam). De acordo com uma dessas entrevistadas, que deixou um namorado na Espanha:

Pesquisadora: Ele [namorado] vai continuar te mandando dinheiro então?

Entrevistada: Eu penso, se ele não me mandar eu estou frita, eu não sei o que vou fazer, sem dinheiro, sem ter casa para morar, minhas crianças lá [no Paraná] com minha irmã.

Eu não quero mais tentar... eu não tenho vontade de ir lá fazer isso. Então eu gostaria de voltar para lá e trabalhar num serviço decente, adequado, uma coisa assim legal, eu tenho vontade de fazer isso aí... Ele manda mais ou menos 700, 600 reais, a cada 15 dias, quando eu preciso que eu ligo ele está mandando, ele é quem me mantém aqui no Brasil... Se ele brigar comigo e cortar as relações, se ele fazer isso eu estou ralada, sem emprego, sem casa, meus filhos na casa da minha irmã, o que eu vou fazer? Apesar de que eu gosto de trabalhar de manicure, mas manicure dá pouco demais, dependendo de onde você trabalha, do lugar, cidade, do salão, não compensa. Se eu tivesse uma pessoa que me ajudasse aqui em São Paulo, eu queria muito conseguir um emprego aqui, começar minha vida aqui⁶⁹.

Levando em conta a tendência dos fluxos migratórios brasileiros, é altamente provável que o número de não admitidas e deportadas supere, em 2005 e 2006, as cifras de 2004. Considerando este conjunto de aspectos, seria importante desenvolver um trabalho em várias frentes para auxiliar/apoiar migrantes brasileiras que, como as que integraram o universo da pesquisa, são não admitidas ou deportadas da Europa, eventualmente envolvidas no tráfico internacional de pessoas ou em risco de envolvimento. No caso específico de Guarulhos, esse trabalho requereria um local e uma equipe permanente de atendimento no aeroporto. Trata-se, basicamente, de oferecer informação àquelas que vão viajar sobre recursos existentes nos diversos países para auxiliá-las (incluídos os Consulados do Brasil no exterior) e de apoiar o regresso das que chegam "devolvidas", encaminhando-as aos serviços que, eventualmente, poderiam contribuir na construção de um futuro diferente para elas e seus descendentes. Assim, um ponto fundamental seria promover a articulação dos Consulados do Brasil nos diversos países europeus com as polícias desses países e com organizações não governamentais européias voltadas para o trabalho com migrantes em situação irregular e em situação de prostituição e tráfico.

⁶⁹ Entrevista realizada por Erêndira em 29/03/2005 (Q3-19).

Concluindo, é importante apontar para as principais contribuições do estudo para avançar no debate sobre migração irregular e tráfico internacional de pessoas. No que se refere a mostrar indícios de tráfico, é necessário dizer que apenas uma parte ínfima do reduzido grupo de pessoas que declarou estar inserida na indústria do sexo, aponta para coação/engano/violência/controle/restrrição da liberdade, como marco no qual realizaram atividades na indústria do sexo. Contudo, a relevância do estudo vai além de indicar esses reduzidos indícios. Ele reside nos aspectos que ilumina sobre a circulação de mulheres e transgêneros brasileiras entre Brasil e Europa. Nesse sentido, a pesquisa oferece quatro aportes principais:

a) em primeiro lugar, mostra como os países europeus estão recebendo às brasileiras. O estudo sugere que nesses países há uma forte preocupação pela migração irregular, que, se tratando de brasileiras, é altamente vinculada ao estigma da prostituição. Esse estereótipo é utilizado para rechaçá-las em diversos aeroportos. Nesse sentido, a pesquisa oferece dados para exigir desses países um tratamento digno às brasileiras que chegam a eles.

b) a segunda contribuição é mostrar um quadro do perfil das mulheres e transgêneros “devolvidas” ao Brasil. Este quadro é importante porque apontar um rechaço equivalente em relação a pessoas que declararam contar com baixos ingressos no Brasil, potenciais migrantes, e a outras que teriam sim condições de serem turistas. De acordo com os resultados, não há elementos que possibilitem afirmar que todas as mulheres rechaçadas estivessem pretendendo migrar de maneira irregular.

c) a terceira contribuição é mostrar os estilos de viagem e de inserção na indústria do sexo nos casos em que as pessoas declararam ter trabalhado nela. A relevância adquirida pelos esquemas de relações de vizinhança, amizade e parentesco nesse tipo de deslocamento, referendado os resultados de outras pesquisas, é um ponto importante para pensar no trabalho a ser realizado, em termos de difusão sobre a informação e prevenção ao tráfico de seres humanos. Contudo, é importante salientar que os poucos casos de grave exploração, violência/coação estão vinculados às viagens intermediadas por cafetinas.

d) a quarta contribuição refere-se a mostrar a dura realidade das transgêneros. Os casos de violência, ameaças e de extrema exploração, aludindo a um grau extremo de vulnerabilidade, concentram-se, nesta pesquisa, nessas pessoas. Trata-se de uma categoria que, até o momento, tem recebido pouca atenção nas discussões sobre tráfico internacional e sobre tráfico interno.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUSTÍN, Laura. *La indústria del sexo, los migrantes y la familia europea*. In: Cadernos PAGU, p. 25, Mercado do Sexo. Unicamp: Campinas, 2005.

_____. *Migrants in the Mistress's House: Other Voices in the "Trafficking" Debate, Social Politics*. Spring: p. 96-117, 2005a.

ANDALL, Jacqueline. *Introduction: The Space Between – Gender Politics and Immigration Politics in Contemporary Europe*. In: ANDALL, Jacqueline, ed: *Gender and Ethnicity in Contemporary Europe*. Oxford: Berg, 2003.

ANTHIAS, Floya. *Metaphors of home: gendering new migrations to Southern Europe*. In: ANTHIAS, Floya e LAZARIDIS, Gabriela: *Gender and Migration in Southern Europe, Women on the Move*. Oxford: Berg, 2000.

ANTONIUS-SMITS, Christel *et alii*. *Gold and Commercial Sex. Exploring the Link between Small-scale Gold Mining and Commercial Sex in the Rainforest of Suriname*. In: KEMPADOO, Kamala (1999): *Sun, sex, and gold. Tourism and Sex Work in the Caribbean*. Boston, Rowman and Littlefield, 1999.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, 2004.

BITTENCOURT, Regina. *O papel do Ministério das Relações Exteriores no enfrentamento ao Tráfico*. Texto apresentado no Seminário *Tráfico de Pessoas: aspectos jurídico*, Auditório do Edifício Sede do Ministério Público. Goiânia, 2005

CAMPANI, Giovanna e GAROSI, Eleonora. *Prevention and Fight against Trafficking: Institutional Developments in Europe, Overview – Portugal*. STOP II Programme - European Commission.

CAMPANI, Giovanna E SALIMBENI, Olívia. *Marriage as Immigration Gate: the Situation of Female Married Migrants from Third Countries in the EU Member States*. Daphne Program, European Commission. University of Florence, 2003.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *A legislação penal brasileira sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal/irregular frente aos Protocolos Adicionais à convenção de Palermo*. Texto apresentado no I Seminário Luso Brasileiro sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal. Cascais, 2006.

COSTA, Maria Tereza Paulino (prelo). *Algumas considerações sobre imigrantes brasileiros na jurisdição do Consulado Brasileiro de Nova York*. In: Brasileiros no Exterior: Caminhos da Cidadania. Bela Feldman-Bianco and Carlos Vianna, Editors. Editora da Unicamp: Campinas, São Paulo, 2004.

DOEZEMA, Jô. *Who gets to choose? Coercion, consent and the UM Trafficking Protocol Gender and Development* 10: 20-27. 2002.

- DUARTE, Luis Fernando. *A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções*. In: Piscitelli *et alii*, Sexualidades e Saberes, Convenções e Fronteiras. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.
- FRY, Peter. *O que é que Cinderela negra tem a dizer sobre a "política racial" no Brasil*. Revista USP, n° 28, dezembro/janeiro/fevereiro, p. 122-136, 1996.
- GAROSI, Eleonora. *Prevention of, and Fight against Trafficking: Institutional Developments in Europe*. Final Report. Italy STOP II Programme European Commission, 2003.
- GAROSI, Eleonora and SALIMBENI Olivia. *Prevention and Fight against Trafficking: Institutional Developments in Europe. Overview – Spain*, STOP II Programme European Commission, 2003.
- JACCOUD, L., Beghin, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/desigualdades/Parte1.pdf; Parte2.pdf> (acessado em 8/11/2003). 2002.
- KEMPADOO, Kamala. *Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres*. In: Cadernos PAGU, p. 25, Mercado do Sexo. Unicamp: Campinas, 2005a.
- _____. *Victims and agents of crime: the New Crusade against trafficking*. In: Sadbury and Ajani. Eds. Global Lockdown. Routledge : New York, 2003.
- _____. *Sex Trade. Transnational Feminist Perspectives*. Meridians: feminism, race, transnationalism. Vol. 1, n°2, p. 28-51, 2001.
- KEMPADOO, Kamala, e Doezema, Jô. *Global sex workers, Rights, Resistance, and Redefinition*. Routledge: New York, 1998.
- KLIGMAN, Gail e LIMONCELLI, Gail. *Trafficking Women after Socialism: To, Through, and From Eastern Europe*. Social Politics. Spring: p. 96-117, 2005.
- MAMELI, PETER A. *Stopping the illegal trafficking of human beings. How transnational police work can stem the flow of forced prostitution*, *Crime, Law and Social Chagen* 38: 67-80, 2002.
- MINISTÉRIO da Justiça/Nações Unidas, Escritório Contra Drogas E Crime: *Tráfico de seres humanos no Brasi.*, Brasília, 2004.
- ORGANIZACIÓN Internacional para Las Migraciones/OIM. *Migración, prostitución y trata de mujeres dominicanas en la Argentina*. Buenos Aires, 2003.
- ORGANIZACIÓN Internacional para Las Migraciones/OIM . *La trata de personas en el Paraguay, Diagnóstico exploratorio sobre el tráfico y/o trata de personas con fines de explotación sexual*. Buenos Aires, 2005.
- ORSINI-JONES, Marina e GATTULLO, Francesca. *Migrant Women in Italy: National Trends and Local Perspectives*. In: ANTHIAS, Floya e LAZARIDIS, *Gabriela: Gender and Migration in Southern Europe, Women on the Move*. Oxford: Berg, 2000.

OUTSHORN, Joyce. *The Political Debates on Prostitution and Trafficking of Women*. In: Social Politics. Spring: p. 141-155, 2005.

PELÚCIO, Larissa (org.). *Na noite todos os gatos são pardos, notas sobre a prostituição travesti*. Cadernos PAGU, 25, Mercado do sexo. Unicamp: Campinas, 2005.

PHETERSON, Gail. *The whore stigma: Female dishonor and male unworthiness*. The Hague. Ministry of Social Affairs and Employment, 1986.

PISCITELLI, Adriana. *Exotismos em confronto? Corporalidade, gênero e nacionalidade no marco da indústria transnacional do sexo*. *Trabalhos do XXIX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: outubro, 2005.

_____. *Coerção, obrigação e consentimento na trajetória de brasileiras que oferecem serviços sexuais na Espanha*. Texto apresentado no Seminário *Tráfico de Pessoas: aspectos jurídicos*. Auditório do Edifício Sede do Ministério Público. Goiânia, 2005b.

_____. *Sexo Tropical em contextos do Primeiro Mundo? Gênero e migração no contexto da transnacionalização do mercado sexual*. Texto apresentado na Mesa redonda: gênero, viagens e migrações contemporâneas. Encontro: Fazendo Gênero 6 Saberes Globais/Fazeres Locais. Florianópolis, 2004.

RIBEIRO, Manuela e SACRAMENTO, Otavio. *Violence against Prostitutes*. Findings of Research in the Spanish-Portuguese Frontier Region. *European Journal of Women's Studies*. Vol. 12 (1) 61-81, 2005.

RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos, PATULEIA, Johanna Schouten; RIBEIRO, Fernando Bessa; SACRAMENTO, Octávio. *Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira: Actores, Estruturas e Processo*. Vila Real: janeiro, 2005.

SAVE THE CHILDREN SWEDEN e ANDERSON, Bridget e O CONNELL DAVIDSON, Julia. *Trafficking-a demand led problem? A multi-country pilot study*, *Save the Children*. In: www.rb.se. Suécia, 2002 (71 páginas).

SILVA, Jacqueline Oliveira (coord.). *Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil, Região Sul, Rio Grande do Sul*. Relatório final. Porto Alegre, mimeo, 2005.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO 1

1 – Entrevistador [____]

1. Carly Facuri Haka
2. Diego Romano
3. Erêndira Campos Simões
4. Eron Eugenio Barboza de Almeida
5. Mariana Kiefer Kruchin
6. Natália Bouças do Lago
7. Paula Machado de Barros
8. Táli Pires de Almeida

2 – Nome da Entrevistada: _____

3 – Data entrevista: [____ / ____ / ____]

4 – Código da Entrevista [_____] (Código Seqüencial)

5 – Vôo no qual chegou a pessoa entrevistada: _____

6 – Cidade de origem do vôo no qual chegou: _____

7 – Data do retorno ao Brasil: ____ / ____ / _____

8 – Motivo do retorno ao Brasil: [____]

- 1 – Impedida/o de entrar (se sim, responder 8.1)
- 2 – Deportada/o por situação ilegal (se sim, responder 8.2)

8.1 – Se impedido de entrar, o que foi argumentado para o impedimento? [____]

- 1 – Documentação irregular
- 2 – Dinheiro insuficiente para visitar o país
- 3 – Outra (se sim, responda 8.1.1)

8.1.1 Descrição:

8.2 – Se deportada por situação ilegal, qual foi o motivo oficial alegado? [____]

- 1 – Estar sem documentos
- 2 – Com documentos falsificados
- 3 – Com o prazo de permanência vencido
- 4 – Outra (se sim, responda 8.2.1)

8.2.1 Descrição:

9 – Idade no momento da entrevista: [____]

10 – Cidade de Nascimento da entrevistada: [_____]

11 – Estado de Nascimento da entrevistada: [_____]

Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas
Bahia
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Pará
Paraíba
Paraná
Pernambuco
Piauí
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Rondônia
Roraima
Santa Catarina
São Paulo
Sergipe
Tocantins

12 – Sexo [____] (Autoclassificação)

1 – Feminino
2 – Masculino
3 – Trans

13 – Raça/Cor/Etnia [____] (Autoclassificação)

- 1 – Branca
- 2 – Parda
- 3 – Preta
- 4 – Amarela
- 5 – Indígena
- 6 – Outra (se sim, ir para 13.1)

13.1 Descrição: [_____]

14 – Escolaridade: [____]

- 1 – Não alfabetizado/a
- 2 – Alfabetizado (a) (sabe ler e escrever)
- 3 – Fundamental Incompleto
- 4 – Fundamental Completo
- 5 – Ensino Médio Incompleto
- 6 – Ensino Médio Completo
- 7 – Superior Incompleta
- 8 – Superior completa
- 9 – Pós-graduação (especificar o nível: _____)

15 – Religião [____]

- 1 – Católica
- 2 – Espírita
- 3 – Protestante
- 4 – Outras (se sim, ir para 15.1)
- 5 – Não declara

15.1 – Descrição: [_____]

16 – Estado civil: [____]

- 1 – Casada (o) e/ou com companheiro(a)/namorado(a) (se sim, ir para 16.1)
- 2 – Desquitada ou separada judicialmente
- 3 – Divorciada
- 4 – Viúva
- 5 – Solteira

16.1 Nacionalidade do(a) cônjuge/companheiro(a): [____]

- 1 – Estrangeiro (se sim, responder 16.1.1)
- 2 – Brasileiro
- 3 – Não sabe/Não informa

16.1.1 País de nacionalidade do(a) cônjuge/companheiro(a): [____]

- 1 – EUA
- 2 – Portugal
- 3 – Espanha
- 4 – Itália
- 5 – Alemanha
- 6 – Argentina
- 7 – Bélgica
- 8 – Bolívia
- 9 – Canadá
- 10 – Chile
- 11 – França
- 12 – Inglaterra
- 13 – Japão
- 14 – México
- 15 – Paraguai
- 16 – Peru
- 17 – Uruguai
- 18 – Outro (se sim, descrever no item 16. 1.1.1)

16.1.1.1 – Descrição: [_____]

17 – Tem filhos? [____]

- 1 – Sim (se sim, responder 17.1 a 17.3)
- 2 – Não

17.1 – Quantidade de filhos: [____]

17.2 – Idade do filho mais velho: [____]

17.3 – Idade do filho mais novo: [____]

18 – Cidade do Brasil na qual residia antes de deixar o país: [_____]

19 – Estado/UF no qual residia antes de deixar o país: [____]

1. Acre
2. Alagoas
3. Amapá
4. Amazonas
5. Bahia
6. Ceará
7. Distrito Federal
8. Espírito Santo
9. Goiás
10. Maranhão

11. Mato Grosso
12. Mato Grosso do Sul
13. Minas Gerais
14. Pará
15. Paraíba
16. Paraná
17. Pernambuco
18. Piauí
19. Rio de Janeiro
20. Rio Grande do Norte
21. Rio Grande do Sul
22. Rondônia
23. Roraima
24. Santa Catarina
25. São Paulo
26. Sergipe
27. Tocantins

20 – Atividade/profissão no Brasil: [_____]

21 – Renda mensal individual antes de deixar o Brasil: [____]

- 1 – Sem rendimentos
- 2 – Até um salário mínimo
- 3 – De um a três salários mínimos
- 4 – De quatro a 10 salários mínimos
- 5 – De 11 a 20 salários mínimos
- 6 – 21 ou mais salários mínimos
- 7 – Não informa

22 – Data de saída do Brasil: ____ / ____ / _____

23 – Local de saída do Brasil: [____]

- 1 – Aeroporto de Guarulhos/SP
- 2 – Aeroporto do Galeão/RJ
- 3 – Outro (se sim, descrever no item 23.1)

23.1 Descrição: [_____]

24 – Meio de transporte utilizado para deixar o Brasil: [____]

- 1 – Avião
- 2 – Carro
- 3 – Ônibus
- 4 – Navio
- 5 – Outro (se sim, descrever no item 24.1)

24.1 Descrição: [_____]

25 – País de destino: [____]

- 1 – EUA
- 2 – Portugal
- 3 – Espanha
- 4 – Itália
- 5 – Alemanha
- 6 – Argentina
- 7 – Bélgica
- 8 – Bolívia
- 9 – Canadá
- 10 – Chile
- 11 – França
- 12 – Inglaterra
- 13 – Japão
- 14 – México
- 15 – Paraguai
- 16 – Peru
- 17 – Uruguai
- 18 – Outro (se sim, descrever qual no item 24.1)

25.1- Descrição: [_____]

26 – Foi a primeira vez que saiu do Brasil? [____]

- 1 – Sim
- 2 – Não

27 – Quanto tempo passou fora do Brasil? [____]

- 1 – Menos de um mês
- 2 – Entre 1 e 6 meses
- 3 – Entre 6 meses e um ano
- 4 – Mais de um ano

28 – Como foi que decidiu viajar? [____]

- 1 – Por conta própria (responder 28.1)
- 2 – Convidada/contatada por alguém (responder 28.2)

28.1 – Se por conta própria, procurou alguém para ajudá-la a viajar? [____]

- 1 – Ninguém
- 2 – Amigo
- 3 – Amiga
- 4 – Conhecido
- 5 – Conhecida
- 6 – Vizinho

- 7 – Vizinha
- 8 – Taxista
- 9 – Namorado brasileiro
- 10 – Namorado estrangeiro
- 11 – Dono de boate
- 12 – Parente (a) (se sim, responder 28.1.1)
- 13 – Outro (se sim, responder 28.1.2)

28.1.1 – Descrição parentesco: [_____]

28.1.2 – Descrição de outros: [_____]

28.2 Se convidada/contatada por alguém, quem convidou/contatou? [____]

- 1 – Ninguém
- 2 – Amigo
- 3 – Amiga
- 4 – Conhecido
- 5 – Conhecida
- 6 – Vizinho
- 7 – Vizinha
- 8 – Taxista
- 9 – Namorado brasileiro
- 10 – Namorado estrangeiro
- 11 – Dono de boate
- 12 – Parente (a) (se sim, responder 28.2.1)
- 13 – Outro (se sim, responder 28.2.2)

28.2.1 Descrição parentesco: [_____]

28.2.2 Descrição de outros: [_____]

29 – Nacionalidade de quem a contatou ou convidou para viajar: [____]

- 1 – Brasileiro
- 2 – Estrangeiro
- 3 – Não sabe

30 – Alguém a ajudou a viajar? [____]

- 1 – Sim (nesse caso, responder 30.1)
- 2 – Não

30.1 – Em que consistiu a “ajuda” recebida? [____]

- 1 – Recebeu passaporte
- 2 – Recebeu passagem
- 3 – Recebeu dinheiro para ingressar no exterior
- 4 – Foi esperada por alguém no aeroporto e acompanhada até o local de trabalho/moradia
- 5 – Recebeu empréstimo

- 6 – Recebeu informações
- 7 – Recebeu Alimentação ou alojamento
- 8 – Outro (responder 30.1.1)

30.1.1 – Descrição: [_____]

30.2 – Fez dívidas com quem a ajudou? [____]

- 1 – Sim (responder 30.2.1 e 30.2.2)
- 2 – Não

30.2.1 Houve algum acordo para o pagamento da dívida? [____]

- 4 – Devolveria o dinheiro ao chegar ao país de destino
- 5 – Devolveria o valor recebido
- 6 – Devolveria 50% a mais
- 7 – Devolveria o dobro
- 8 – Pagaria no Brasil para ingressar em outro país

30.2.2 Já houve algum pagamento da dívida? [____]

- 1 – Sim (responder 30.2.2.1)
- 2 – Não

30.2.2.1 De quanto foi o pagamento? [____]

- 1 – Pagou entre 5 e 30% do valor acordado
- 2 – Pagou entre 31 e 50% do valor acordado
- 3 – Pagou entre 51 e 99% do valor acordado
- 4 – Pagou 100% da dívida
- 5 – Pagou mais do que o acordado
- 6 – Pagou mais do que o acordado e continua endividada

30.3 – Houve promessa de emprego? [____]

- 1 – Sim (nesse caso, responder 30.3.1 e 30.3.2)
- 2 – Não

30.3.1 Atividade proposta para ser realizada no exterior: [____]

- 1 – Trabalho doméstico em casa de família
- 2 – Trabalho em alguma indústria/empresa
- 3 – Trabalho como dançarina
- 4 – Trabalho como garçonete
- 5 – Trabalho como modelo
- 6 – Casamento
- 7 – Trabalho como prostituta/garota de programa
- 8 – Outro (se sim, responda 30.3.1.1)

30.3.1.1 Descrição: [_____]

30.3.2 Houve promessa de uma renda mensal determinada? [____]

- 1 – Sim (responder 30.3.2.1 e 30.3.2.2)
- 2 – Não

30.3.2.1 Valor Prometido: [_____]

30.3.2.2 Tipo de Moeda: [____]

- 1 – Reais
- 2 – Dólares
- 3 – Euros
- 4 – Libras
- 5 – Outra

30.4 – Durante a permanência no exterior, recebeu salários/pagamentos? [____]

- 1 – Sim (responder 30.4.1 e 30.4.2)
- 2 – Não

30.4.1 Qual o valor médio recebido? [_____]

30.4.2 Tipo de Moeda: [____]

- 1 – Reais
- 2 – Dólares
- 3 – Euros
- 4 – Libras
- 5 – Outra

31 – Como foi comprada a passagem? [____]

- 1 – Com recursos próprios
- 2 – Recebeu a passagem de alguém (se sim, responder 31.1)
- 3 – Financiou a passagem junto ao Banco/Cia Aérea

31.1 – Comprador da Passagem

- 1 – Quem a/o ajudou/convidou
- 2 – Sócio de quem a/o ajudou/convidou
- 3 – Familiar
- 4 – Amigo (a)
- 5 – Empréstimo
- 6 – Outros (responder 31.1.1)

31.1.1 Descrição: [_____]

32 – Foi Pressionada(o)/ forçada(o) por alguém para viajar ao exterior? [____]

- 1 – Sim (responder 32.1 e 32.2)
- 2 – Não

32.1 – Quem a pressionou/ forçou a viajar? [____]

- 1 – Conhecido
- 2 – Familiar
- 3 – Namorado
- 4 – Marido
- 5 – Amigo

- 6 – Empregador
- 7 – Policial
- 8 – Outro (responder 32.1.1)

32.1.1 Descrição: [_____]

32.2 – Meios que utilizou para pressioná-la/forçá-la a viajar: [____]

- 1 – Prisão
- 2 – Ameaças à integridade pessoal da entrevistada
- 3 – Maus-tratos aos filhos
- 4 – Maus-tratos a outros familiares
- 5 – Outros (responder 32.2.1)

32.2.1 Descrição: [_____]

33 – Viajou com passagem de ida e de volta? [____]

- 1 – Sim (responder 33.1)
- 2 – Não

33.1 – A passagem de volta ficou em seu poder o tempo todo? [____]

- 1 – Sim
- 2 – Não

34 – Alguém reteve seu passaporte? [____]

- 1 – Sim (responder 34.1 e 34.2)
- 2 – Não (encerrar para não admitidos, continuar para deportados)

34.1 – Quem reteve o passaporte? [____]

- 1 – Polícia ou autoridade migratória (nesse caso, encerrar para não admitidos)
- 2 – Outros (responder 34.1.1)

34.1.1 Descrição: [_____]

34.2 – Em que período? [____]

- 1 – O tempo todo
- 2 – Durante o pagamento da dívida
- 3 – Outros (responder 34.2.1)

34.2.1 Descrição: [_____]

35 – O trabalho encontrado foi o trabalho prometido? [____]

- 1 – Sim
- 2 – Não

36 – As condições de trabalho foram aquelas acordadas? [____]

- 1 – Sim
- 2 – Não (responder 36.1)

36.1 – Diferenças entre o trabalho prometido e o encontrado: []

- 1 – O número de horas de trabalho foi maior do que o acordado
- 2 – A remuneração foi inferior à prometida
- 3 – Era impedida (o) de sair
- 4 – Era impedida (o) de comunicar-se com familiares ou amigos
- 5 – a atividade a ser realizada foi diferente da prometida

37 – Quais as atividade desenvolvida no país de destino? []

- 1 – Trabalhava como doméstica em casa de família
- 2 – Trabalhava em alguma indústria/empresa
- 3 – Trabalhava como dançarina
- 4 – Trabalhava como garçone
- 5 – Trabalhava como modelo
- 7 – Estava casada e não trabalhava
- 6 – Trabalhava fazendo programas (responder 37.2)
- 8 – Outra atividade/situação (responder 37.1)

37.1 – Descrição: [_____]

37.2 – Local em que trabalhava fazendo programas: []

- 1 – Casa/apartamento dos clientes
- 2 – Casa/apartamento onde residia
- 3 – Boate
- 4 – Clubes
- 5 – Hotel/motel
- 6 – Rua:
- 7 – outros (responder 37.2.1)

37.2.1 Descrição: [_____]

38 – Foi forçada a desenvolver a atividade realizada no exterior? []

- 1 – Sim
- 2 – Não (responder 37.1 e 37.2)

38.1 – Responsável pela pressão/força: []

- 1 – Conhecido
- 2 – Familiar
- 3 – Amigo
- 4 – Empregador
- 5 – Policial
- 6 – Namorado
- 7 – Marido
- 8 – Outro (responder 38.1.1)

38.1.1 Descrição: [_____]

QUESTIONÁRIO 2

Nome de entrevistador: _____

Data entrevista: ____ / ____ / ____.

Código conferido à entrevistada: _____

1) Convite para a realização da viagem ao exterior

Quando foi convidada/contatada para viajar ao exterior?

Onde foi feito o convite/contato?

Quantas vezes foi abordada/convidada ?

Já havia recusado? Por que?

Freqüentava locais nos quais as garotas fossem convidadas para viajar ao exterior? Que tipo de locais eram?

Conhecia pessoas que estivessem trabalhando fora do Brasil fazendo programas?

2) Preparação para a viagem ao exterior

Como foi sua vida no período que seguiu a ter decidido viajar/aceitar o convite para viajar? O que você fez durante esse tempo? Com quais pessoas você manteve contato? Foi impedida de manter contato com alguém?

3) Noções/idéias sobre tráfico

Tinha ouvido falar de casos de brasileiras mantidas prisioneiras e mal-tratadas fora do Brasil?

Isso não a preocupou ou apavorou?

4) Viagens anteriores

Já tinha viajado ao exterior antes? Quando, para onde foi e quanto tempo ficou?

Que atividade desenvolveu? Quanto obtinha de renda?

Quando regressou? Por que? Não ganhava o suficiente? As condições de trabalho não eram boas, tinha conseguido poupar/enviar ao Brasil o dinheiro desejado, sentia saudades? Foi deportada anteriormente?

5) Rotas de viagem/condições da realização da viagem

Qual foi a rota seguida para chegar ao destino?

Parou em alguma cidade antes do destino? Por quanto tempo?

Viajou só ou acompanhada? Quem acompanhou? (tentar especificar o grau de parentesco e o grau de conhecimento das pessoas que acompanhavam)

Quem recepcionou?

Como chegou ao lugar no qual ficaria? Permaneceu em algum lugar um único lugar ou em vários?

Quais foram esses lugares? Por que ficou nestes lugares? Quanto tempo ficou em cada um?

Havia algum tipo de controle / vigilância em cada um deles? Quem controlava?

6) Conhecimento sobre o local de destino

Conhecia alguma coisa sobre o país para onde viajou? O que?

Antes de partir para esse destino, já estavam lá outros familiares, amigas ou conhecidas?

O que elas contavam do lugar para o qual você foi? Procurou levar endereços, telefones, de pessoas que lá moravam?

7) Condições de trabalho no exterior

Como foi o trabalho realizado no exterior? Quantos dias trabalhava por semana? Quantas horas trabalhava por dia? Que horário fazia? Achava esse horário adequado?

Podia ausentar-se quando não se sentia bem? Que acontecia quando adoecia? Tinha acesso a algum médico? Quem cuidava?

Tinha tempo para almoçar/lanchar/jantar?

Tinha momentos de descanso ao longo do dia? Folgas, durante a semana? Como as usava?

Achava o espaço de trabalho agradável/divertido? Por que?

Como eram suas relações com as colegas de trabalho? E com os chefes?

8) Se realizou trabalho sexual/ fez programas

Quantos clientes, em média, atendia por dia? Podia recusar clientes?

Podia escolher a práticas a serem realizadas? Foi forçada a realizar alguma que não quisesse?

Era obrigada a beber com os clientes? Ganhava dinheiro pelo fato de beber com os clientes?

Consumia drogas enquanto trabalhava? Quais? Era obrigada a consumir drogas?

9) Conhecimentos sobre AIDS/DSTs

Utilizava preservativos? Por que? Quem os fornecia? Já foi obrigada a não utilizá-los?

10) Condições de moradia

Residia no local de trabalho? Se residia fora, onde o fazia?

Como era essa residência, em termos de conforto?

Com quem morava? Dividia quarto? Como eram as relações com as outras pessoas que residiam no mesmo lugar? Quanto pagava de aluguel, a quem? Como era pago esse aluguel, era descontado do salário?

11) Condições, uso da força

Sentia-se vigiada ou controlada? Especifique como: no que se refere às saídas do local de trabalho ou moradia, aos contatos telefônicos, às visitas de ou a familiares/amigos. Sofreu algum tipo de violência, física ou emocional? Especifique que tipo de violência, e nas mãos de quem, empregadores, clientes, polícia.

12) Renda

Como era paga: por mês, quinzena? Havia algum tipo de desconto no pagamento? Quanto e por que motivo?

Recebia dinheiro além do que ganhava com o trabalho, de algum namorado, de outra pessoa, organização?

Como gastava seu dinheiro?

Enviava dinheiro para o Brasil? Para quem, quanto, com que frequência, por que meios? Conseguiu poupar dinheiro?

13) Contatos com o Brasil

Mantinha contatos telefônicos ou por carta com o Brasil? Com quem, com que frequência? Antes de ser deportada, já tinha regressado ao Brasil? Quantas vezes? O que você fazia quando vinha ao Brasil?

Recebeu visitas de parentes/amigos, no exterior? Levou alguém do Brasil para Europa, quem? Se levou, pagou algo da viagem para essa pessoa?

14) Cotidiano no exterior

Como era sua rotina diária no exterior?

A que horas levantava, o que fazia durante o dia quando não trabalhava, nos dias de semana, nos finais de semana?

Mantinha contatos, saía, com familiares e/ou amigos? Que lugares freqüentava? Casas de outros brasileiros, bares?

Freqüentava associações, entidades assistenciais, ONGs, igrejas, o Consulado do Brasil? O que fazia nesses lugares?

Fez algum curso, aprendeu algo novo, em termos profissionais, durante o tempo que morou fora?

15) Situação legal: “papéis”

Fez alguma tentativa de obter papéis, residência, permissão para trabalhar no exterior? Alguém ajudou nessas tentativas, alguma organização/igreja/pessoas? Pensou em casar para obter os papéis? Por que não o fez?

16) Responsabilidades no Brasil

O que você tinha deixado no Brasil? Quais: companheiro (a)/filhos/pai/mãe/irmãos/outros?

Quem morava com você no Brasil? Você era responsável economicamente por eles, contribuía para sustentar que membros? Com qual percentual do salário?

Você morava em casa própria ou alugada? Como era a casa (perguntar sobre o número de cômodos, o tipo de construção, se tinha água encanada, esgoto, luz, o tipo de bairro)

17) Motivações para viajar

Por que decidiu ou aceitou sair do Brasil? O que você imaginava que obteria viajando para o exterior?

Quais são seus sonhos, seus projetos, o que você gostaria de conseguir? O que acha que é preciso para concretizá-los?



NAÇÕES UNIDAS
Escritório contra Drogas e Crime



Secretaria Nacional
de Justiça

Ministério
da Justiça

